

DANIELA DELFINA RATO MARTINS

**AUTO-CONCEITO
DE CRIANÇAS EXPOSTAS
À VIOLÊNCIA INTERPARENTAL**

Fevereiro, 2005

DANIELA DELFINA RATO MARTINS

**AUTO-CONCEITO
DE CRIANÇAS EXPOSTAS
À VIOLÊNCIA INTERPARENTAL**

Orientador: Prof. Doutora Ana Sani

Monografia apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte dos Requisitos para obtenção do grau de Licenciada em Psicologia Clínica.

Fevereiro, 2005

RESUMO

O auto-conceito refere-se, genericamente, à imagem que cada um tem de si próprio. Trata-se de uma construção realizada individualmente com base na forma como os outros observam o indivíduo, como ele se vê a si próprio em situações específicas e a avaliação que realiza do seu comportamento com base em valores do seu grupo normativo de referência. Partindo do pressuposto que o auto-conceito é uma construção igualmente influenciada pelos valores que são partilhados pelo grupo de referência do indivíduo, surge o presente estudo que procurou analisar a existência de correlações entre o auto-conceito de 35 crianças e jovens que estão na Protecção de Menores de Santarém e Leiria, testemunhas de violência (conflito) interparental. Os dados foram recolhidos através da escala *Children's Perception of Interparental Conflict* (CPIC) adaptada para a população portuguesa por Sani (2003) e a escala *Piers-Harris Children's Self-Concept Scale* (PHSCS), adaptada para a população portuguesa por Veiga (1989). Os principais resultados correlacionais mostram a existência de diferenças estatisticamente significativas entre o auto-conceito e a percepção da violência interparental, sabendo que a dimensão Culpa foi aquela que, na análise de regressão linear simples, se apresentou mais explicativa (23%) da variância dos resultados. Foram igualmente encontradas, ao nível das análises diferenciais através dos testes *t* de *Student* e *Anova One Way*, diferenças estatisticamente significativas na percepção da violência interparental quando se tem em linha de conta o sexo dos inquiridos, a idade, o ano escolar e o seu nível sócio-económico. Os principais resultados permitiram reflectir sobre a relação entre o auto-conceito e as percepções que estas crianças vitimizadas possuem das violências interparentais de que são testemunhas silenciosas.

*Crianças sem amor tornam-se,
facilmente, adultos cheios de ódio...*

R. Spitz

AGRADECIMENTOS

Estas palavras serão de agradecimento a todos aqueles que tornara possível a concretização da minha formação profissional e pessoal.

À minha orientadora, Prof. Doutora Ana Isabel Sani, pela disponibilidade e apoio. Sem ela não teria sido possível todo o trabalho que realizei... obrigada pela sua amizade.

Aos dois colegas da Protecção de Menores, pela preciosa ajuda na administração dos questionários. Sem eles, este estudo não teria sido concretizado.

A todas as crianças que constituem a amostra do presente estudo, não esquecendo o seu papel, não só como sujeitos da amostra, mas como pessoas que são.

A todas as crianças do Hospital Maria Pai, onde realizei o estágio, por terem confiado e partilhado comigo as suas vidas.

A todos os professores por me transmitirem os seus conhecimentos.

A todos os colegas de curso, pela experiência partilhada e por me terem ajudado sempre.

Aos meus amigos, pelo apoio e disponibilidade... vocês sabem quem são.

Aos meus pais e irmão, que sempre me apoiaram e criaram todas as condições para que eu pudesse caminhar sozinha, sem tropeçar... obrigada pelo vosso Amor.

Em especial, à minha mãe, pelos momentos em que as forças para lutar pareciam desvanecer.

A todos aqueles que me dão coragem para continuar a lutar...

A todos o meu Muito Obrigada.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - O AUTO-CONCEITO	3
1.1. Definição e características	3
1.2. Factores que influenciam a formação do auto-conceito	7
1.3. Diferenciação com outros construtos	10
1.3.1. Auto-conceito e Auto-imagem	10
1.3.2. Auto-conceito e Auto-estima	11
1.3.3. Auto-conceito e Identidades prescritas	13
1.4. Avaliação do auto-conceito	13
CAPÍTULO II - A VIOLÊNCIA: UMA FORMA DE MALTRATO	17
2.1. Conceptualização histórica e definição de violência	17
2.2. Tipos de violência	19
2.3. A violência no seio do sistema familiar	22
2.3.1. A violência directa	22
2.3.2. A violência indirecta	25
2.4. Consequências para a criança testemunha de violência interpaparental	28
2.5. Epidemiologia	31
2.5.1. Características individuais	33
CAPÍTULO III – AUTO-CONCEITO E VIOLÊNCIA INTERPARENTAL	37
CAPÍTULO IV – PARTE EMPÍRICA	41
4.1. Objectivos do presente estudo	41
4.2. Variáveis consideradas no estudo	42
4.3. Hipóteses de estudo	43
4.4. Caracterização dos participantes	43
4.5. Caracterização dos instrumentos	45
4.6. Apresentação dos resultados	48
4.6.1. Análises descritivas	49
4.6.2. Análises correlacionais	49
4.6.3. Análise de Regressão Linear	51
4.6.4. Análises diferenciais	51
4.7. Discussão dos resultados	55
REFLEXÕES CONCLUSIVAS	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68
ANEXOS	65

INDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Formas de violência	21
Quadro 2 – Caracterização dos participantes	44
Quadro 3 – Apresentação das sub-escalas da CPIC	45
Quadro 4 – Apresentação das sub-escalas da CPIC (Sani, 2004)	46
Quadro 5 - Correlação de cada factor específico com o factor geral	48
Quadro 6 - Fidelidade do instrumento	48
Quadro 7 – Análises descritivas	49
Quadro 8 – Análises correlacionais	50
Quadro 9 – Regressão de Regressão Linear	51
Quadro 10 - Pontuação média dos sujeitos em função do sexo.....	52
Quadro 11 - Pontuação média dos sujeitos em função da idade	53
Quadro 12 - Pontuação média dos sujeitos em função do ano escolar.....	54
Quadro 13 - Pontuação média dos sujeitos em função do NSE	55

INTRODUÇÃO

O auto-conceito é uma variável preditiva da integração social e do bem-estar psicológico global dos indivíduos, uma vez que integra dimensões tais como, a auto-estima, a condição física e sócio-emocional. É neste sentido que, Shavelson e Bolus (1982) definem o auto-conceito como uma percepção que o indivíduo tem de si mesmo e das suas competências nos mais diversos domínios; percepção essa que é construída a partir das suas experiências e das representações sociais dos outros significativos.

O auto-conceito é, portanto, um construto que se apresenta sob variadas fontes e significados. Por esta razão, existe uma preocupação crescente em estabelecer uma relação entre o auto-conceito e os comportamentos que o indivíduo exhibe.

Ao pensar-se no auto-conceito como uma construção do sujeito a partir das suas experiências e das representações sociais que realiza dos seus significativos, a violência interparental toma especial enlevo. Assim, desde as suas origens até a actualidade, a violência tem sido um fenómeno intrínseco na história do ser humano, podendo apresentar-se nos mais diversos contextos, desde a família até à sociedade em geral. Machado e Gonçalves (2002), consideram que o reconhecimento dos factores subjacentes às situações de violência interparental, bem como, a sua variabilidade e interdependências, pode constituir um ponto de partida, para a identificação de casos de vitimação e para a compreensão do impacto negativo, emocional e psicológico na criança.

Assim, é cada vez mais importante, compreender o impacto das diversas formas de violência no desenvolvimento da criança, no sentido de se poder determinar as formas mais adequadas de minimizar os efeitos negativos ou preveni-los na totalidade (Sani, 1999). Só assim, será possível orientar procedimentos de avaliação e intervenção junto das crianças expostas à violência interparental.

O presente trabalho tem como principal objectivo analisar o auto-conceito de crianças expostas à violência interparental. Neste sentido, o primeiro capítulo integra a revisão bibliográfica relativa ao auto-conceito, pelo que se inicia com a sua definição e características, os factores influenciadores da sua formação, a sua diferenciação com outros construtos e a sua avaliação.

O capítulo II integra a revisão bibliográfica relativa à violência interparental, iniciando-se com uma conceptualização histórica e definição de violência, tipos de violência, a violência directa e indirecta no seio do sistema familiar, as consequências para a criança testemunha de violência interparental, epidemiologia da violência e características individuais.

O capítulo III debruça-se sobre a relação entre o auto-conceito e a violência interparental, recorrendo-se a um conjunto de estudos que evidenciam e salientam esta relação.

O capítulo IV apresenta o estudo empírico do presente estudo, iniciando-se com a definição dos objectivos propostos, das variáveis dependentes e independentes e das hipóteses de estudo, da caracterização dos participantes e caracterização dos instrumentos de recolha de informação. Apresentam-se ainda os principais resultados obtidos com as estatísticas descritivas, diferenciais e correlacionais.

Termina-se o presente trabalho com a reflexão sobre alguns aspectos considerados pertinentes que foram observados ao longo do mesmo, sublinhando-se o papel do Psicólogo neste campo específico de actuação.

CAPÍTULO I - O AUTO-CONCEITO

Neste capítulo abordaremos o auto-conceito, pelo que se inicia com a sua definição e alguns aspectos que o caracterizam, nomeadamente a sua dimensão multifacetada. São ainda apresentados alguns dos factores que influenciam a formação do auto-conceito bem como, a diferenciação deste construto com outros que podem ser facilmente confundidos, como seja a auto-imagem, a auto-estima e as identidades prescritas. Termina-se o presente capítulo com uma breve reflexão acerca da dificuldade de avaliação do auto-conceito.

1.1. Definição e características

Apesar de actualmente existirem diversos estudos sobre o auto-conceito, não é clara, universal nem consensual a sua definição. Assim sendo, falar do auto-conceito, seria abarcar um vasto entendimento que se reporta ao conhecimento de “si próprio”, de acordo com os elementos que o indivíduo considera, ao tomar consciência de si mesmo (Sim-Sim & Lima, 2004).

Por sua vez, Neto (1989), refere que o auto-conceito não constitui, necessariamente, uma visão objectiva do que somos, mas sim um reflexo de nós mesmos, tal como nos percebemos.

O auto-conceito é considerado, de acordo com Shavelson, Hubner e Stanton (1976), como um construto formado por sete dimensões principais. Os autores esclarecem que se trata de uma dimensão organizada, estruturada, multifacetada, hierárquica, estável, desenvolvimental, avaliativa e diferenciável. Shavelson, Hubner e Stanton referem que a organização e a estrutura do auto-conceito está relacionada com o facto de que, apesar das várias experiências que um indivíduo tem nos mais diversos contextos de vida, ele é capaz de organizar e estruturar essas experiências em categorias mais simples, dando um sentido a

essas mesmas experiências. Referem, por isso, que se trata de um construto multifacetado, uma vez que as experiências vividas representam facetas específicas do conceito de si mesmo, sintetizadoras de experiências comuns.

Shavelson, Hubner e Stanton (1976) consideram ainda, que é possível enquadrar o auto-conceito, num modelo hierarquizado, no qual no topo da hierarquia se encontra o auto-conceito geral. Partindo desta dimensão global, é possível efectuar uma divisão em duas componentes:

- (i) **auto-conceito académico**, relativo a áreas escolares específicas; e
- (ii) **auto-conceito não académico**, que se subdivide em *auto-conceito social* (relação com os pares e outros significativos), *auto-conceito físico* (aparência e competência física) e *auto-conceito emocional*.

No que diz respeito ao carácter estável do auto-conceito, Shavelson, Hubner e Stanton (1976) consideram que a estabilidade é maior no topo da hierarquia. À medida que se vai descendo na hierarquia a estabilidade diminui, uma vez que o auto-conceito passa a depender da especificidade das situações. No entanto, à medida que os indivíduos crescem, aumentam as suas capacidades para abandonar as categorias indiferenciadas e gerais que utilizam para se descreverem e avaliarem, considerando-se, o auto-conceito, um construto desenvolvimental.

Assim, o auto-conceito tem uma forte influência na vida quotidiana, uma vez que se torna útil nas manifestações inadequadas do comportamento, permitindo predizer o comportamento humano e conhecer a ideia que um indivíduo tem de si mesmo (Serra, 1988).

Neste sentido, o auto-conceito, funciona como um indicador do ajuste emocional e como um mediador do comportamento do indivíduo, uma vez que o desempenho de um determinado papel social, pode conduzir a emoções agradáveis ou desagradáveis (Fox & Corbin, 1989).

Wells e Marwell (1976), consideram que se trata de um construto hipotético, inferido ou construído a partir de acontecimentos pessoais, útil para predizer, explicar e conhecer o comportamento humano e conhecer como é que o indivíduo se percebe e se considera a si próprio. Os autores referem ainda, que a forma como o indivíduo se percebe e avalia, pode ditar a forma como se relaciona com os outros, as tarefas que executa, as tensões emocionais que experimenta e o modo como as percebe.

Gecas (1982) considera que o auto-conceito diz respeito à percepção que um indivíduo tem de si mesmo, sendo que esta percepção tem origem na forma como o indivíduo se relaciona com os outros, nas emoções que sente e no modo como as percebe.

De acordo com Burns (1986), o auto-conceito é definido como a imagem do que pensamos que somos, do que podemos ser e do que podemos conseguir, do que os outros pensam de nós e do que idealizaríamos ser.

Laurence (1987) refere que o auto-conceito se refere à soma das características mentais e físicas, em termos cognitivos (pensamento), afectivos (sentimentos) e comportamentais (acção).

Os aspectos cognitivos, afectivos e comportamentais que constituem a definição do auto-conceito, demonstram a capacidade que cada indivíduo tem em se auto-analisar, observando os seus próprios comportamentos e os comportamentos dos outros em relação a si (Hattie, 1992).

Serra (1988) refere que o auto-conceito representa a capacidade que um ser tem em se constituir como objecto da própria observação, sendo capaz de se descentrar dos seus comportamentos específicos e dos comportamentos dos outros em relação a si mesmo.

Faria e Fontaine (1990), por sua vez, definem o auto-conceito como a percepção que o indivíduo tem de si mesmo, isto é, o auto-conceito refere-se a um conjunto de atitudes,

sentimentos e conhecimentos acerca das capacidades, competências, aparências e aceitabilidade social próprias.

Shavelson, Hubner e Stanton (1976) concluem que o auto-conceito poderá ser definido do seguinte modo: (i) é uma dimensão organizada ou estruturada em categorias; (ii) é multifacetada; (iii) é hierarquizado, uma vez que as percepções e avaliações do comportamento vão permitir inferências, que vão ascendendo progressivamente; (iv) é estável, até ao momento em que se dá uma descida na organização hierárquica; (v) possui uma dimensão descritiva (o indivíduo descreve-se a si próprio) e outra avaliativa (o indivíduo avalia os seus comportamentos); (vi) e pode ser diferenciado de outros construtos semelhantes.

Quanto melhor for o auto-conceito, melhor é o desempenho de um indivíduo, desde que os outros que lhe servem de comparação, estejam numa mesma situação em termos de aptidões (Fitts, 1972; Oñate, 1989).

O estudo do auto-conceito é repartido por diferentes considerações teóricas que defendem o carácter unidimensional ou multidimensional do construto. A perspectiva que defende o carácter unidimensional do auto-conceito é defendida por Rogers (1982, cit. por Sim-Sim & Lima, 2004) e sublinha a relação entre a congruência e a incongruência do indivíduo que vive a experiência, partindo de uma concepção total da pessoa. Para o autor, o auto-conceito e os valores são adquiridos nas interações com outros significativos desde muito cedo, tendo em conta que a qualidade dessas interações irá ter implicações sobre a construção do *self*.

Por outro lado, a perspectiva da visão multidimensional do auto-conceito, salienta a existência de diversas dimensões no *self*, e assenta no Modelo de Associação em Rede. Higgins (1987, as cited in Sim-Sim & Lima, 2004) refere a existência de três domínios e duas perspectivas que se combinam entre si. Os três domínios são: o *self* real (o que somos), o *self*

ideal (o que gostaríamos de ser) e o *self* moral (o que deveríamos ser). As perspectivas são: a perspectiva do próprio e a perspectiva dos outros significativos. Da combinação entre os domínios e as perspectivas, surgem seis tipos básicos de estados do *self*: actual/próprio; actual/outros; ideal/próprio; ideal/outros; moral/próprio; e moral/outros.

À medida que o indivíduo se desenvolve, o auto-conceito vai sofrendo reestruturações e alterações, sendo por isso, considerado um construto com uma organização multidimensional.

O auto-conceito é portanto, o conjunto de cognições que um indivíduo possui sobre si mesmo. É um construto multidimensional, uma vez que um indivíduo actua em diferentes contextos e desempenha diferentes tarefas, o que leva à elaboração de diferentes cognições, acerca dos seus desempenhos nas diferentes situações.

1.2. Factores que influenciam a formação do auto-conceito

Se se considerar que o auto-conceito é definido pelas percepções que cada indivíduo tem de si mesmo, a formação destas percepções pode ser determinada pela: (i) experiência e interpretação do ambiente em que o indivíduo se situa; (ii) pelos esforços e avaliações das pessoas do meio ambiente; (iii) pelas próprias atribuições que o indivíduo faz ao seu comportamento (Shavelson & Bolus, 1982).

Serra (1988) considera que existem quatro tipos de influências, que ajudam a formação do auto-conceito: (i) o modo como os outros observam o indivíduo; (ii) a noção que o indivíduo possui do seu desempenho em situações específicas; (iii) o confronto do comportamento do indivíduo com o dos pares com quem se encontra identificado; (iv) e a avaliação de um comportamento específico em função de valores veiculados por grupos normativos.

A constituição do auto-conceito não é uma mera enumeração de comportamentos observáveis. É um processo simbólico em que determinada estrutura pessoal se forma com a ajuda da linguagem que atribui designações a classes de comportamentos, procurando-as definir e englobar (Serra, 1988)

Na sua formação, o auto-conceito depende das avaliações reflectivas pelos outros, da comparação do próprio comportamento com as normas do grupo de referência, das atribuições pessoais feitas ao comportamento observável e, também, de outras influências sócio-culturais. A percepção que o indivíduo tem de si mesmo, é organizada segundo categorias descritivas e avaliativas, que decorrem da abstracção e interpretação do comportamento observado pelo próprio indivíduo (Gecas, 1982).

Sim-Sim e Lima (2004) consideram que existem algumas fontes que explicam a formação/construção do auto-conceito. Assim, as autoras referem:

- (i) a *auto-percepção*, que se traduz pela informação que o indivíduo colhe sobre si, através das observações e das deduções que realiza, centrando-se nas suas acções. O processo de auto-percepção pode também estar baseado na projecção imaginativa da pessoa, que se predispõe a comportar-se de determinada maneira, ou seja, a desenvolver auto-atribuições. Através da auto-percepção identificam-se as saliências das identidades que constituem um outro aspecto importante que é revelador dos traços dominantes, especialmente valorizados pelo indivíduo (Serra, 1985 cit. por Sim-Sim & Lima, 2004);
- (ii) a *avaliação reflectida*, que consiste na percepção que a pessoa tem relativamente à forma como é vista pelos outros, utilizando a analogia do espelho social. Tice (1999, cit. por Sim-Sim & Lima, 2004) conclui, após efectuar um estudo sobre o impacto das apreciações reflectidas no auto-conceito em contexto público e privado, que os efeitos que as avaliações de outros produzem sobre nós são

internalizadas muito mais fortemente, quando são observadas por outrem, do que quando ocorrem em privado;

- (iii) a *comparação social*, uma vez que ao construir o auto-conceito de si o indivíduo utiliza os outros como fonte de informação e como referência, posicionando-se numa hierarquia que o informa sobre as suas competências, habilidades e traços, num processo de comparação social;
- (iv) a *comparação temporal*, uma vez que os indivíduos olham a vida em retrospectiva, comparando e realizando um balanço sobre as situações em causa.

Serra, Antunes e Firmino (1986) após realizarem um estudo neste âmbito, concluíram que existe uma correlação positiva entre as expectativas e algumas facetas do auto-conceito. Qualquer que seja o comportamento observado, existe uma expectativa criada no sentido de obter um determinado resultado, podendo essas expectativas decorrer de duas fontes: (i) as experiências prévias do indivíduo; (ii) e as histórias, contadas de situações semelhantes, que ocorreram com outras pessoas.

Pode-se então considerar que, a formação do auto-conceito é um fenómeno com uma forte componente interpessoal, uma vez que não é apenas influenciada por pensamentos, sentimentos e acções do próprio indivíduo, mas também, pelos parceiros sociais. É através do *feedback* social que o indivíduo procura a confirmação para o seu auto-conceito.

Sim-Sim e Lima (2004) consideram a existência de três funções básicas do auto-conceito: (i) a *função de consciência reflexiva*, que se refere à capacidade do indivíduo olhar a si mesmo e colher informação a seu respeito através da auto-consciência, do auto-conhecimento e da auto-estima e, deste modo, interpretar-se; (ii) a *função relacional*, que se refere à construção de redes de interacção com o meio ambiente, através da auto-apresentação; (iii) e a função *executiva*, que se revela pela capacidade do indivíduo em ter responsabilidades, fazer selecções e controlar, através de processos de auto-regulação.

O auto-conceito torna-se útil, uma vez que permite reconhecer que o indivíduo tem uma unidade e uma coerência de comportamento, que não podem ser simplesmente atribuídas às influências do meio ambiente. Sendo assim, é possível explicar porque é que um indivíduo inibe ou facilita determinados comportamentos em diferentes situações.

1.3. Diferenciação com outros construtos

Como se viu anteriormente, o auto-conceito desempenha um papel importante ao nível individual, uma vez que se relaciona com a motivação, com as atitudes, com as necessidades, com a personalidade e, também, com o meio ambiente (Bruce, 1996). É uma dimensão que apresenta características peculiares que o diferenciam de outros construtos com os quais está, teoricamente, relacionado (Seco, 1991).

Serra (1988) considera que o auto-conceito é constituído por diversas facetas, entre as quais a auto-imagem, a auto-estima e as identidades prescritas. Todas estas dimensões são formadas por conteúdos distintos e, nesse sentido, torna-se útil apresentar a diferenciação dos seus conteúdos. Veiga (1995) considera que na variedade de perspectivas teóricas, importa diferenciar a noção de auto-conceito, de outras com ela confundidas com frequência.

1.3.1. Auto-conceito e Auto-imagem

Serra (1988) denomina de auto-imagem o produto das observações em que o indivíduo se constitui como objecto da própria percepção. Cada pessoa tem um conjunto de auto-imagens, organizadas hierarquicamente e com um valor que é atribuído pelo próprio indivíduo.

Rosenberg (1986) refere que quando um indivíduo se auto-observa, são formadas auto-imagens. O indivíduo atribui maior importância às auto-imagens mais estáveis, mais consistentes e que se localizam num plano hierárquico superior. É neste sentido que surge o auto-conceito, como um elemento integrador, pois sem ele, não haveria a noção de continuidade, de identidade pessoal, de comportamento, de consistência e de coerência.

As auto-imagens referem-se ao produto das observações, com as quais o indivíduo se constitui como sendo o objecto da própria percepção. São dimensões que possuem uma determinada organização hierárquica e um valor que lhe é atribuído pelo próprio indivíduo, tendo em conta aquilo que representam (Marsh & Hattie, 1996). Os autores concluem que as auto-imagens, se referem à multiplicidade de papéis, que cada indivíduo desempenha dentro de um determinado contexto.

1.3.2. Auto-conceito e Auto-estima

Muito ligado ao termo auto-conceito encontra-se o de auto-estima, apesar das intenções de unificar e diferenciar estas definições (Onãte, 1989). A auto-estima indica de forma directa, como se sente o indivíduo em relação à percepção de si mesmo.

Serra (1988) considera que o auto-conceito, não se resume às auto-imagens do indivíduo, uma vez que ultrapassa os seus constituintes e capta emoções e sentimentos, aproximando-se da auto-estima, sem coincidir com ela.

A auto-estima e o auto-conceito são termos que se referem a duas entidades psicológicas distintas que avaliam diferentes formas do *self*. Segundo Hattie (1992), a auto-estima é uma dimensão unidimensional que pode ser considerada como o resultado da avaliação geral que o indivíduo elabora das suas qualidades, possuindo uma componente, fundamentalmente, afectiva.

A auto-estima é um dos aspectos mais importantes da nossa vida. Todos temos necessidade de ter uma determinada de auto-estima, para que seja possível sentirmo-nos bem connosco próprios. Esta dimensão traduz-se por uma avaliação que o indivíduo faz das suas qualidades ou desempenhos, virtudes e valores morais (Gecas, 1982).

No que diz respeito ao seu carácter avaliativo, Shavelson, Hubner e Stanton (1976) consideram que a auto-estima é a componente avaliativa. As avaliações que o indivíduo efectua têm como base, padrões de referência nos quais o indivíduo desenvolve descrições de si mesmo nas várias situações e, acerca de si mesmo, nessas situações.

Lobel e Levanon (1988) consideram que a auto-estima é a parte afectiva do auto-conceito na qual o indivíduo faz julgamentos de si próprio, ligando-se a sentimentos positivos e negativos, no que se refere à sua própria identidade.

Serra (1988) considera que a auto-estima pode ser traduzida pela equação, entre o sucesso e as aspirações. Isto leva a considerar que, quanto mais os indivíduos valorizarem as suas capacidades, maior probabilidade têm de aumentar a sua auto-estima. O autor considera que a auto-estima é determinada por factores complexos, sendo uma poderosa necessidade humana, através da qual, nos valorizamos a nós próprios e construímos recursos psicológicos para o futuro. Deste modo, a auto-estima poderá ser considerada como a satisfação pessoal do indivíduo consigo mesmo, a eficácia do seu próprio funcionamento e uma atitude avaliativa de aprovação de si próprio (Branden, 1992).

Por outro lado James (1982, cit. por Harter, 1985), refere que a auto-estima é o resultado da relação entre o nível de aspiração do indivíduo e o seu nível de sucesso, ou seja, da relação entre a maneira como o indivíduo se vê e como gostaria de ser (auto-conceito real *versus* auto-conceito ideal). O auto-conceito não só inclui o conhecimento do que o indivíduo é, mas também, do que quer ou deveria ser, o que permite que a personalidade possa desenvolver-se, mais adequadamente, dentro de um meio ambiente específico. Deste modo Manjarrez (1998,

cit. por Manjarrez & Nava, 2002) considera que, se o *auto-conceito real* define o tipo de pessoa que se é, então, o *auto-conceito ideal* define o tipo de pessoa que se quer ser. Quanto maior for a discrepância entre o *auto-conceito real* e o *auto-conceito ideal*, ou seja, entre aquilo que o indivíduo é e aquilo que ele gostaria de ser, menor será a sua auto-estima.

Assim, por um lado, a existência de um auto-conceito elevado nas áreas que o indivíduo considera importantes origina valores elevados ao nível da auto-estima e, por outro lado, o auto-conceito de competência baixa em áreas importantes conduzem a valores de auto-estima reduzidos.

1.3.3. Auto-conceito e Identidades prescritas

Outro aspecto ainda integrado e diferenciado do auto-conceito refere-se às entidades prescritas. Gecas (1982) crê que estas reflectem o conteúdo e a organização da própria sociedade.

Segundo Zimbardo (1972, cit. por Gecas, 1982) o interesse clínico do estudo das identidades prescritas é importante na medida em que estas se referem à tendência, de certos pais, prescreverem nos seus filhos ou membros, determinadas identidades. Muitas vezes estas podem ir de encontro ou não, com as aptidões reais que o indivíduo apresenta e serem apenas reflexo de um desejo não conseguido e que é projectado para esse membro.

1.4. Avaliação do auto-conceito

Dada a existência de diferentes tipos de auto-conceito existem, igualmente, variadas formas de o avaliar (Figueiredo, 2000). As avaliações do auto-conceito são obtidas por meio da descrição que o indivíduo faz de si próprio ou através de inferências feitas por outros

indivíduos. Veiga (1990) refere que os estudos consideram que o complexo sistema de crenças que cada um possui acerca de si próprio não pode ser avaliado directamente.

A auto-avaliação é uma das técnicas utilizadas na avaliação do auto-conceito, na qual o indivíduo se descreve a si mesmo. É a partir dessa descrição que é possível avaliar o auto-conceito, tendo em conta a forma como o indivíduo se percebe (Veiga, 1995).

Neste sentido, torna-se importante lembrar o que atrás se referiu sobre o *auto-conceito real* e o *auto-conceito ideal*. A diferenciação entre estes dois construtos poderá não ser tão linear, funcionando esta discrepância, como um indicador de auto-aceitação, uma vez que muitas vezes o indivíduo descreve o modo como gostaria de ser e não o modo como é na realidade (Palladino, 1989).

A auto-avaliação é uma técnica que permite obter respostas livres, recolher informação que muitas vezes se perdem quando são utilizados outros instrumentos. No entanto, por se tratar de uma forma de recolha de informação livre, não é possível efectuar uma classificação estandardizada, dificultando a cotação das respostas. Acresce ainda, como desvantagem, a presença do efeito de deseabilidade social, que está presente na maioria dos casos, revelando aquilo que o indivíduo considera ser uma resposta desejável e não a sua posição ou opinião pessoal.

A observação é outra técnica que permite recolher informação, partindo da observação dos comportamentos do sujeito nos seus diversos contextos. Trata-se de uma técnica que pressupõe a existência de um observador não participante, que adopte uma atitude imparcial e passiva em relação ao indivíduo observado, no sentido de evitar alterações no seu comportamento (Veiga, 1995).

Veiga (1995) refere que as observações devem ser iniciadas pelo aspecto exterior do indivíduo e, em seguida, devem ser observadas as expressões faciais, a linguagem e o modo

de estar do mesmo. O autor considera ainda que a finalidade desta técnica é conseguir obter uma percepção concreta do comportamento do indivíduo. É necessário ter em conta que esta técnica permite recolher informações em contexto natural, fugindo-se, deste modo, às possíveis alterações de comportamento que podem eventualmente surgir quando observadas em contexto experimental.

O questionário é a técnica mais utilizada neste âmbito, uma vez que possui inúmeras vantagens. A rapidez de recolha de informação e a facilidade de cotar os dados recolhidos, são dois aspectos que levam à sua frequente utilização. Giglione e Matalon (1992) referem que esta técnica permite efectuar a descrição dos indivíduos e de grupos, comparando as informações recolhidas.

A entrevista é outra técnica que pode ser utilizada na avaliação do auto-conceito. Esta técnica tem como objectivo obter, de forma imediata, as respostas dos indivíduos. Deste modo, consegue-se recolher informação e ao mesmo tempo esclarecer e orientar para novas informações. No entanto, existem dificuldades na cotação das respostas uma vez que são respostas abertas e, por vezes, difíceis de interpretar.

O uso de instrumentos de avaliação do auto-conceito auto-descritivo constitui um método rápido, económico e muito utilizado. No entanto, é de salientar que alguns autores consideram que aquilo que o indivíduo está disposto a revelar raramente é aquilo que esse mesmo indivíduo pensa acerca de si próprio (Veiga, 1990).

É neste sentido que surgem os defensores do método inferencial, uma vez que partem da hipótese de que o indivíduo ao auto-descrever-se está influenciado por mecanismos de defesa e, por isso, não é capaz de se descrever com objectividade. O método inferencial recorre a observadores externos que, recorrendo a critérios de observação directa ou indirecta, procuram obter uma reconstituição do conceito que o indivíduo tem de si próprio. As técnicas

utilizadas com mais frequência para inferir o auto-conceito são através do comportamento e através de provas subjectivas (Paiva, 2003).

A grande maioria dos investigadores considera que o auto-conceito é um construto multidimensional, apesar de alguns defenderem o seu carácter unidimensional. É nesta linha que surgem vários instrumentos de avaliação do auto-conceito, que avaliam algumas facetas deste construto, bem como, a sua componente global.

Em suma, poder-se-ia concluir que o auto-conceito é uma construção subjectiva acerca de nós próprios, decorrente da percepção da informação que o indivíduo recolhe sobre si, da avaliação que realiza sobre a forma como os outros o vêem, da comparação social e temporal que realiza. É portanto um construto multidimensional que se diferencia da auto-imagem, da auto-estima e das identidades prescritas. Neste sentido, o auto-conceito poderá ser avaliado de diversas formas, todavia, nenhuma delas poderá ser vista como eficaz, na medida em que dificilmente, o indivíduo se mostra exactamente como é.

CAPÍTULO II - A VIOLÊNCIA: UMA FORMA DE MALTRATO

No presente capítulo abordaremos a violência interparental, nomeadamente, a sua conceptualização histórica, definição, tipos de violência, violência directa e indirecta no seio do sistema familiar, as consequências para a criança testemunha de violência interparental, epidemiologia da violência e características individuais intervenientes neste temática.

2.1. Conceptualização histórica e definição de violência

Definir a noção de violência é algo que nos remete para uma abordagem a diferentes níveis, nomeadamente, psicológico, sociológico, jurídico e médico. Assim sendo, Alberto (2004) considera que juridicamente, a questão da intencionalidade do autor da agressão é o ponto-chave da definição de violência. Ao nível médico, a violência encontra-se directamente relacionada com a apresentação de sequelas no organismo. Ao nível psicológico, a violência poderá ser analisada de forma directa (quando a violência atinge directamente a vítima) ou de forma indirecta (quando a violência não é dirigida à vítima mas esta é testemunha da mesma – é o caso das crianças que assistem à violência interparental). Neste campo de análise para além de se sublinhar a intencionalidade do agressor, realça-se igualmente a percepção da vítima e as consequências da violência ao nível psicológico geral, nomeadamente, a afectação ao nível cognitivo, psicomotor, comportamental e sócio-afectivo. Ao nível sociológico e psicossociológico a questão da violência surge impregnada de aspectos culturais pois o que numa dada cultura poderá ser visto como violência, poderá não o ser numa outra.

Durante séculos, as crianças eram vistas como seres com Direitos menores do que as pessoas adultas, considerando-se que não tinham necessidades desenvolvimentais próprias. Deste modo, os pais tinham o poder legal e moral, para utilizar qualquer método, mesmo

recorrendo à violência extrema, no sentido de tornar os seus filhos obedientes (Canha, 2003). Assim, a violência foi uma realidade aceite com uma certa tolerância por parte da sociedade.

Desde a antiguidade e até aos anos 50, a sociedade moderna recusava-se a considerar a presença e a gravidade da violência e do maltrato nas crianças. Já na década de 60, foi reconhecida a existência de maltrato físico, uma vez que eram os mais facilmente identificáveis. Foi em 1962 que Kempe descreveu, pela primeira vez, o *Síndrome da Criança Batida*, para dar conta de um elevado número de crianças que chegavam ao hospital pediátrico com lesões não acidentais, provocadas pelos pais. Só 10 anos mais tarde, foi considerada a existência de maltrato psicológico, surgindo estudos no sentido de intervir nesta área em específico (cit. por Figueiredo, 1998a).

Este facto leva a considerar o fenómeno da violência e do maltrato como uma realidade que está entre nós há vários anos, no entanto, só muito recentemente, é que se considera como uma problemática social a ser resolvida. Actualmente, reconhece-se que a violência e o maltrato não são raros e que cerca de 90% dos casos, são praticados na e pela própria família (Berger, 2003).

Nota-se contudo uma evolução histórica na atitude face à criança. Esta evolução passa de uma imagem da criança enquanto propriedade do adulto para uma perspectiva que enaltece as características específicas desta fase de desenvolvimento (Alberto, 2004).

Neste sentido, a violência é um problema social, grave e delicado e de extrema complexidade, que deve, por isso, ser analisado em três aspectos importantes: (i) os variados cambiantes que ela inclui; (ii) os mecanismos etiológicos e; (iii) as várias modalidades da abordagem da problemática (Magalhães, 2002).

Assim sendo, segundo Magalhães (2002) a violência ou o maltrato referem-se a “qualquer forma de tratamento físico e/ou emocional, não acidental e inadequado, resultante

de disfunções e(ou) carências nas relações entre crianças ou jovens e pessoas mais velhas, num contexto de uma relação de responsabilidade, confiança e(ou) poder. Podem manifestar-se por comportamentos activos (físicos, emocionais ou sexuais) ou passivos (omissão ou negligência nos cuidados e/ou afectos). Pela maneira reiterada como geralmente acontecem, privam o menor dos seus direitos e liberdades afectando, de forma concreta ou potencial, a sua saúde, desenvolvimento (físico, psicológico e social) e(ou) dignidade” (p. 33).

Misitu (1993, cit. por Gallardo, 1994), por sua vez, refere que o maltrato é qualquer dano físico ou psicológico, não accidental a um menor com idade inferior a 16 anos, ocasionado pelos pais ou encarregados de educação, que ocorre como resultado de acções físicas, sexuais ou emocionais de omissão ou que ameaça o desenvolvimento normal, tanto físico como psicológico do menor.

Por sua vez, Ochoterena (1998, cit. por Canha, 2003) refere que o maltrato se refere a qualquer acção ou omissão, não accidental por parte dos cuidados que compromete a satisfação das necessidades básicas. Neste sentido e tendo em linha de conta que a violência pode tomar várias formas, é importante apresentar a posição de vários autores no que diz respeito à sua taxonomia.

2.2. Tipos de violência

A violência para com as crianças e os jovens, como já referido, manifesta-se de diferentes formas, como sendo o maltrato físico, abuso emocional ou psicológico, abuso sexual, negligência, abandono, exploração no trabalho, exercício abusivo da autoridade e tráfico de crianças e jovens, entre outras formas (Magalhães, 2002).

Por sua vez, Almeida, André e Almeida (1999) consideram a existência de nove formas de maltrato: abuso emocional; agressão física; agressão física com sequelas; intoxicação; abuso sexual; trabalho abusivo; ausência de guarda; abandono definitivo e mau-trato *in utero*.

A violência é assim, um construto multifacetado e multidimensional, pelo que se torna difícil precisar uma definição unânime e universalmente aceite. Todavia, pode considerar-se que a violência e, mais concretamente a violência interparental, compreende todas as acções que os cuidadores de crianças provocam nas mesmas, ao nível físico, psicológico ou emocional, lesionando os Direitos e as necessidades da criança, no que se refere ao seu desenvolvimento psicomotor, intelectual, moral e afectivo ou emocional (Buzawa & Buzawa, 1996).

Da mesma forma, não existe consenso na comunidade científica, quanto à definição de maltrato. No entanto, todas as perspectivas analisadas assentam na ideia da existência de um prejuízo físico e mental da criança, provocado deliberadamente, de uma forma activa ou passiva, por um adulto (Sousa, Martins & Fonseca, 1993).

Assim sendo, qualquer que seja o tipo de violência, ela encerra em si mesmo um tipo específico de abuso (Wolfe, 1987). Este, pode ser definido, segundo Emery (1989), de acordo com três critérios: (i) a natureza do acto; (ii) as consequências associadas ao acto; (iii) o afastamento que o acto envolve, relativamente ao comportamento esperado pelo país.

Wolfe e Yuan (2001) propõem-se assim, três tipos de abuso: o *abuso físico*, que pode ser definido pelos danos causados à criança através de comportamentos, tais como: bater, espancar, causar dor, sufocar, abanar violentamente, ou qualquer outra forma que cause danos físicos intencionalmente; o *abuso sexual* que se refere ao uso que um adulto faz de uma criança, no sentido de obter gratificação sexual ou prazer; e o *abuso psicológico* que diz respeito aos danos psicológicos e/ou emocionais, provocados a uma criança através do uso de

ameaças, insultos verbais, críticas, estigmatizações e a outras situações que atentem contra o valor da criança como pessoa.

O maltrato infantil engloba uma gama de atitudes violentas contra a criança que podem ser de cariz passivo (negligência, abandono) ou activo (abuso físico, sexual) (Bruynooghe, 1988 cit. por Alberto, 2004). Afonso acrescenta ainda o abuso psicológico (emocional) como uma forma de violência que se pode enquadrar em qualquer uma das formas anteriores ou apresentar-se isoladamente.

Alarcão (2000), numa tentativa de operacionalizar estes conceitos, refere que existem várias formas de violência, nas quais se inserem os maus-tratos (infantil e de idosos) e a violência conjugal. O maltrato infantil é visto como qualquer “acção ou omissão dos pais ou substitutos, não acidental que impeça ou ponha em perigo a segurança dos menores (entendendo-se estes todos os sujeitos com menos de 18 anos de idade) e a satisfação das suas necessidades físicas e psicológicas básicas” (p. 299).

Esta autora considera que existe uma grande heterogeneidade de tipos de maus-tratos, pelo que propõe que sejam separados em dois grandes grupos: o abuso e o abandono (quadro 1). Muitas vezes, contudo, constata-se que determinado tipo de abuso se encontra relacionado com um determinado tipo de abandono.

Quadro 1 - Formas de violência

Formas de violência		Tipo de abuso
Mau trato infantil	Formas activas	Abuso físico Abuso emocional Abuso sexual
	Formas passivas	Abandono físico Abandono emocional

Coimbra, Faria e Montaro (1990) consideram ainda, que a negligência é uma forma de violência que se traduz pelo conjunto de carências de ordem material e/ou afectiva que afectam negativamente as necessidades desenvolvimentais da criança. Os autores referem mesmo, que a violência contra crianças, traduz o excessivo abuso de poder dos pais sobre os filhos.

A negligência diz respeito aos actos de omissão dirigidos à criança e que não permitem satisfazer as suas necessidades básicas. Esta negligência pode ser (Dubowitz, Papas, Black & Starr, 2002): (i) física, quando não são satisfeitas as necessidades de alimentação, vestuário, cuidados de saúde e segurança; (ii) psicológica, quando a atenção à criança é baixa ou nula; (iii) e contextual, quando a criança vive num local ou situação social degradado, assistindo a actos de baixo civismo ou criminosos.

2.3. A violência no seio do sistema familiar

Como já referido anteriormente, podemos assistir no seio familiar à violência directa, quando envolve a crianças e uma violência indirecta, quando a criança é testemunha silenciosa da mesma.

2.3.1. A violência directa

Assim sendo, no que concerne à violência directa, é esperado que todas as crianças acreditem na protecção do adulto. Mas, por vezes esta protecção está impregnada de “ligações que trazem dor e a sua repetição mais dor ainda, numa perpetuação de confusão e perplexidade” (Strecht, 2000, p. 178).

A criança pode ser maltratada em diferentes instituições e lugares, mas é no seio familiar que as crianças, muitas vezes, estão expostas a graves agressões parentais terríveis e inacreditáveis (Giant & Vartanian, 2003).

É, neste sentido, que Almeida, André e Almeida (1999) referem que o ambiente familiar é um lugar privilegiado da violência. As autoras consideram que a ideologia que consagra a família como um lugar privado, proporciona a capacidade de resguardo em relação à comunidade exterior, permitindo aos pais, desenvolver um sentimento de propriedade exclusiva, no que se refere à educação dos filhos, quer seja para o melhor ou para o pior.

No seio familiar as crianças podem ser maltratadas por um dos pais ou por ambos, por um cuidador, por um irmão ou outro parente, por uma pessoa conhecida ou por um estranho. O vitimador poder ser um adulto jovem ou mais velho (Gallardo, 1994; Magalhães, 2002).

Assim sendo, Santos (2002) refere que, no que diz respeito aos agressores, em 36,2% dos casos, o crime é praticado pelos pais, familiares ou educadores e 26%, por vizinhos. O que se verifica é que, na grande maioria dos casos, são as pessoas mais próximas ou conhecidas da vítima que praticam estes actos.

Sousa, Martins e Fonseca (1993), consideram que é possível analisar a violência e o maltrato familiar sob três prismas. Um primeiro defende que os pais que maltratam os filhos possuem características próprias que os distinguem do resto da comunidade. Tratam-se de pais inseguros quanto ao seu valor, incapazes de compreender o desenvolvimento dos seus filhos, o que os leva a exigir demasiado deles. Em muitos casos, também estes pais ofensores, já foram vítimas de violência e de maus-tratos durante a infância. Um segundo prisma, assente numa perspectiva mais sociológica, analisa o fenómeno da violência e do maltrato à luz dos valores e da cultura, ao qual pertencem os pais maltratantes. Daqui resulta a ideia de que a pertença a meios sociais desfavorecidos e com uma estrutura e organização débil, será uma das possíveis causas para a ocorrência de violência e de maltrato familiar. Por último,

numa perspectiva sócio-situacional, defende-se que a interacção dos factores pessoais e situacionais da relação criança/adulto são igualmente responsáveis pela presença de situações de violência e de maltrato no seio das famílias.

Não obstante os prismas de análise das situações de vitimação, considera-se ainda que as características das próprias crianças podem ser activadoras de comportamentos violentos por parte dos pais. Os estudos apontam para problemas comportamentais e emocionais da criança, nomeadamente, aquelas crianças que não correspondem às expectativas dos pais, que podem ser mais vulneráveis à violência e aos maus-tratos por parte dos mesmos (Machado, 1996).

Belsky (1980, cit. por Figueiredo, 1998a) refere que existe um conjunto de factores de risco familiares, que proporcionam a ocorrência de violência e de maltrato, nomeadamente: a doença mental dos pais, os padrões de interacção familiar disfuncionais, as circunstâncias adversas da vida familiar e os diferentes valores sociais.

Machado (1996) refere também, que as experiências de vida dos pais ou as características da sua personalidade podem favorecer a ocorrência de situações desta natureza. Nesta linha, esta autora acrescenta que o baixo nível sócio-económico e educativo dos pais, associado a situações de desqualificação profissional e frequente desemprego, contribuem para a permanente carência económica e é, neste sentido, que o mau funcionamento familiar tem sido o factor mais conscientemente identificado pela comunidade científica como associado à violência e aos maus-tratos.

Nesta linha de pensamento, diversos estudos realizados sobre o maltrato e a violência referem que estes têm maior incidência em famílias que pertencem a níveis sócio-económicos mais carenciados, em virtude destas carências económicas estarem associadas a más condições habitacionais, baixos níveis de escolaridade, promiscuidade e, muitas vezes, desorganizações da vida profissional, social e familiar (Arruabarena, Paúl & Torres, 1994; Runyan, 1998).

Contudo, a violência na família encontra-se igualmente estigmatizada e enraizada em alguns mitos familiares, nomeadamente: (i) como sendo parte inevitável da vida familiar; (ii) como sendo algo patológico, uma vez que os membros que são violentos são considerados como desviantes ou mentalmente doentes; (iii) como sendo resultante de determinadas condições sociais; (iv) como sendo resultado das desigualdades de poder entre os géneros e as gerações; (v) e, como sendo expressão de masculinidade/autoridade e poder (Muncie & McLaughlin, 1996, cit. por Santos, 2002).

2.3.2. A violência indirecta

Por sua vez, a criança poderá ser igualmente vítima de uma violência indirecta quando ela testemunha a violência interparental. Costa e Duarte (2000) referem que a maioria dos estudos sobre violência conjugal partem do princípio de que os homens são os agressores e as mulheres as vítimas. Estima-se então que cerca de 30% das mulheres são agredidas pelos seus companheiros e em Portugal os dados de 1998 referem que 30% dos utentes da Comissão para a Igualdade dos Direitos das Mulheres são vítimas de violência familiar, sendo o agressor o marido ou companheiro em 98% dos casos.

Também aqui a violência não é só física, podendo haver violência sexual, emocional ou psicológica e negligência, eventualmente com algumas *nuances* relacionadas com o facto de se tratar de uma violência entre duas pessoas adultas e portanto, supostamente, uma relação igualitária e simétrica (Costa & Duarte, 2000).

Esta violência interparental adquire formas diversificadas como o desprezo, terror, ameaça, gritos, rejeição, negação de respostas emocionais, isolamento, humilhação, exploração, entre outras. A criança que assiste à violência interparental acaba por ser ela própria objecto de violência (Álvaro, 1997, cit. por Sani, 2003).

Peled e Davis (1995, cit. por Sani, 2003) consideram que o maltrato psicológico poderá ser decorrente não só do facto do perpetrador da violência aterrorizar a criança, como também do facto desta ser forçada a viver em ambientes perigosos e ser exposta a modelos de papéis negativos e limitados.

São diversas as formas da criança experienciar a violência interparental, por exemplo, bater ou ameaçar a mãe quando está com a criança ao colo, fazer da criança refém para forçar a mãe a voltar para casa, usar a criança como arma física contra a vítima, usar a criança como espia ou interrogando-a acerca das actividades da mãe (Sani, 2003).

Por fim, podemos referir que um relatório da Comissão de Protecção de Menores (actualmente designada de Comissão de Protecção de Crianças e Jovens) sobre as famílias e o maltrato às crianças em Portugal, mostra que, relativamente ao contexto doméstico onde residem as crianças, a maioria vive em famílias nucleares, sendo expressivo o número de famílias monoparentais e recompostas; os adultos responsáveis por estas crianças distribuem-se por vários níveis de escolaridade, tendo apenas 8% grau de instrução superior ao primeiro ciclo do ensino básico; metade dos pais das crianças maltratadas vivem juntos, estão separados ou nunca tiveram uma relação conjugal; nos grupos domésticos destas crianças vivem, frequentemente, indivíduos com doenças crónicas, ou portadores de uma deficiência mental; em 11% destas famílias vivem indivíduos com cadastro criminal, toxicodependentes e alcoólicos (Magalhães, 2002).

Por outro lado, nesse mesmo relatório é referido que no que concerne ao perfil da criança vítima de maus tratos, constata-se que a distribuição por sexos é equitativa; o mau trato afecta crianças de todas as idades; vivem maioritariamente com outros irmãos ou são os filhos mais novos; cerca de 13% são crianças fruto de uma gravidez precoce; cerca de 1/3 chega, sistematicamente, tarde à escola; metade das crianças fica sozinha em casa por longos períodos de tempo ou à guarda de irmãos menores; quase 60% destas crianças não faz

vigilância médica regular e 11% têm uma doença crónica, deficiência física ou mental (Magalhães, 2002).

No que diz respeito ao ofensor, constata-se que 83% dos casos vivem com a criança; 65% dos casos o perpetrador é a mãe ou o pai; 4% dos ofensores são portadores de uma deficiência física, mental, toxicodependência, alcoolismo ou já cometeram actos considerados criminosos (Magalhães, 2002).

Paralelamente, nas duas últimas décadas em particular, tem-se assistido a um forte empenho por parte das instituições oficiais e não oficiais, no sentido de denunciar e tentar intervir o mais precocemente possível nesta matéria. No entanto, apesar de todos os esforços que têm vindo a ser desenvolvidos neste âmbito, trata-se de um fenómeno muito complexo e difícil de ser resolvido. As organizações internacionais têm contribuído para tornar visível esta fase obscura da realidade junto da opinião pública e para encorajar os Estados a adoptarem medidas de protecção das crianças e estratégias de prevenção de situações de risco. Em Portugal, só em 1991 foram criadas as Comissões de Protecção de Menores, que se traduzem por ser instituições oficiais, formadas por equipas multidisciplinares. Têm por missão actuar o mais precocemente possível nos casos de crianças em situação de risco (Almeida, André & Almeida, 1999).

Ao examinar a etiologia e transmissão intergeracional da violência e dos maus-tratos, é necessário ter em conta a presença de *factores de risco* (factores de vulnerabilidade biológica, psicológica e social) e *factores de protecção*. Assim, Cicchetti e Olsen (1990, cit. por Figueiredo, 1998a), realçam a importância de se considerar ambos os factores, uma vez que consideram que, de acordo com o modelo transaccional, a violência e os maus-tratos só acontecem quando o peso dos factores de risco ultrapassa o peso dos factores de protecção.

Em suma, podemos dizer que a crescente preocupação pelas manifestações de violência interparental, tem originado, por parte dos meios de comunicação social, uma maior atenção e

divulgação de factores de risco e protectores, associados a esta problemática. De um modo global considera-se que, a presença de comportamentos de consumo de álcool e de drogas, são a principal causa de violência doméstica, que o maltrato ocorre, fundamentalmente, em famílias com escassos recursos económicos e culturais e que, as crianças que crescem em ambientes familiares violentos, tornam-se igualmente agressivas, quando adultas (Gelles & Corner, 1990, cit. por Cedrés & Méndez, 2000).

A hipótese da transmissão inter-gerações da violência interparental tem vindo, cada vez mais, a ser estudada pelos investigadores. Considera-se que a exposição a episódios de violência interparental, durante a infância, constitui um factor de risco importante, no entanto, não pode ser considerado suficiente para explicar a violência na idade adulta (Cedrés & Méndez, 2000).

2.4. Consequências para a criança testemunha de violência interparental

A experiência da criança exposta ao conflito dos pais é um acontecimento marcante, que a perturba emocionalmente, seja qual for a sua idade. Os estudos realizados na área da vitimação infantil, revelam limitações significativas, uma vez que a sua grande maioria apoia-se em relatos por parte dos progenitores ou de outras figuras de relacionamento da criança. Acontece que, quem descreve as situações de violência, pode deturpar a informação transmitida (Sani, 2004).

Nos últimos tempos, a investigação tem vindo a demonstrar que a vitimação infantil, em particular a violência e o maltrato na família, conduzem a consequências irreversíveis no desenvolvimento emocional, interpessoal e comportamental das crianças (Menard, 2002).

É neste sentido que Clemmons, DiLillo, Martinez, DeGue e Jeffcott (2003) referem que as crianças vítimas estão bastante mais vulneráveis a elevados riscos de sintomatologia, quando comparadas com as crianças que nunca foram vítimas destas situações.

Magalhães (2002) considera que é possível enumerar algumas consequências directas da violência nas crianças: (i) *consequências cognitivas*, que originam défice intelectual, défice da linguagem, baixo rendimento académico ou profissional; (ii) *consequências afectivas*, com baixos níveis de auto-estima, sensações de medo, angustia, raiva, disfunção sexual, ideação suicida; (iii) *consequências comportamentais*, com dificuldades de relacionamento interpessoal, escasso reconhecimento das emoções, isolamento, agressividade, dificuldades na percepção e aceitação das normas sociais e morais, sentimentos de culpabilidade, falta de motivação, violência e maltrato aos seus próprios filhos, toxicod dependência, prostituição e condutas delinquentes; (iv) *consequências de carácter psiquiátrico*, com presença de neuroses, depressões, psicoses e transtornos múltiplos de personalidade.

Assim sendo, por exemplo, os estudos sugerem que as crianças negligenciadas, são vítimas de atrasos desenvolvimentais, défices de atenção, ausência de competências sociais e menor estabilidade emocional. Widom (2000) refere que a presença de maus-tratos leva ao estabelecimento de fracas ligações afectivas, que desencadeiam nas crianças baixos níveis de auto-estima e a criação de imagens negativas sobre si próprias. O autor refere ainda que, em termos comportamentais, as crianças vítimas, apresentam pobres relações com o grupo de pares, agressão física e comportamento anti-social.

Num estudo realizado por Almeida, André e Almeida (1999) sublinhou que em metade das situações de vitimação, existem sinais de violência familiar dos adultos responsáveis pela criança. A violência entre pais é, na maioria das vezes, recorrente e crónica e tende a ocorrer em casa da própria criança. Normalmente, a vítima directa e o ofensor, são pessoas às quais a criança tende a identificar-se e a ter como figuras de suporte (Sani, 1999). O envolvimento de

figuras de vinculação, em situações de violência, faz surgir nas crianças, sentimentos de evitamento, ansiedade, medo e agressividade (Margolin, 1997, cit. por Sani, 1999).

Zeanah (2001) refere que para além da frequência, intensidade e duração, é necessário considerar o período de desenvolvimento pelo qual passa a criança, quando esta é vítima de violência. Considerando que, quando a violência ocorre em idades mais precoces, os riscos e os danos são bastante mais severos do que se praticados em idades mais avançadas.

Os danos causados às crianças, nos seus primeiros anos de vida, acarretam elevados défices desenvolvimentais. A inexistência de relações positivas provoca na criança, a incapacidade de desenvolver sentimentos da adaptação emocional e social. As crianças vítimas, possuem uma vinculação insegura, uma vez que, são alvo de interações emocionais inseguras e desorganizadas (Brazelton & Greenspan, 2001).

Em termos cognitivos, as crianças mais pequenas que são vítimas de violência, não possuem as aptidões cognitivas necessárias para lidar com a situação, o que as leva a experimentar elevados níveis de *stress*, quando comparadas com outras crianças (Kelley, Howe, Dodge, Bates & Pettit, 2001). Os autores referem ainda que a violência em idades precoces, prejudica o desenvolvimento do processamento da informação social, em particular a aquisição de aptidões para lidar com situações hostis e na resolução de problemas e conflitos, o que conduz ao desenvolvimento de comportamentos agressivos. As crianças vitimadas precocemente, são incapazes de desenvolver o sentido de controlo pessoal, sendo que a ocorrência de violência em idades mais tardias, poderá permitir lidar melhor contra as consequências, uma vez que a criança poderá já ter desenvolvido um *locus* de controlo interno, que lhes permita lidar, de forma mais positiva, com a situação (Keiley et al., 2001).

Scholte e Ploeg (2000) apresentam o modelo do risco psicossocial global, que considera a existência de consequências internalizadoras e externalizadoras da vivência em ambientes interparentais disfuncionais. As consequências internalizadoras dizem respeito à presença de

depressão, ansiedade e isolamento, ao passo que as consequências externalizadoras, referem-se a agressões, hiperactividade e comportamentos anti-sociais.

Sani (1999) considera que as crianças que assistem à violência doméstica, são consideradas vítimas “silenciosas” e estão sujeitas a uma experiência tão dolorosa quanto a experiência da sua própria vitimação. Zeanah e Scheeringa (1997, cit. por Sani, 1999) consideram que a criança não necessita de experienciar, de uma forma directa, situações de violência, para ser afectada, profundamente. Basta que a criança viva num ambiente de constante testemunho de situações violentas, para desencadear uma série de sintomas desadaptados (Sani, 1999).

Sani (1999) considera que as vítimas indirectas de crimes específicos, podem ser afectadas quer pelo crime em si (vitimação primária), quer pela forma como os outros lhes respondem ou aos crimes infligidos contra elas (vitimação secundária).

Katz e Woodin (2002, cit. por Canha, 2003) referem-se ao efeito negativo que a violência interparental tem sobre as crianças, uma vez que, os casais hostis e conflituosos, tendem a usar práticas educativas ineficazes, originando mais problemas de comportamento nas crianças. O conflito conjugal é, assim, um preditor da presença de dificuldades de ajustamento nas crianças, exibindo estas, problemas de conduta, fracas interacções com os pares, depressão, ansiedade, vinculação insegura e baixa auto-estima.

2.5. Epidemiologia

Como já referimos, a violência em sentido lato ocorre, na sua grande maioria, em contexto familiar, tendo tendência a persistir, devido à aceitação social que ainda persiste, às dificuldades de diagnóstico e à ausência de comunicação sistemática, entre os diversos organismos sociais implicados.

Diversos estudos procuram efectuar uma análise mais rigorosa, no que diz respeito a esta problemática, nomeadamente, na tentativa de estudar a sua prevalência, características e potenciais consequências. O que se verifica actualmente é que, em muitas situações, se assiste a uma coexistência de diferentes formas de violência, nomeadamente, de abuso sexual, de abuso físico, de negligência, de abuso psicológico e de exposição a diversas formas de violência conjugal (Clemmons et al., 2003).

É quase impossível delimitar o número de casos de violência existentes nos diversos países, isto porque a maioria destes ocorrem em contexto familiar suscitando por isso, uma dificuldade de diagnóstico devido ao facto de não serem apresentadas queixas (Magalhães, 2002).

Sedlak (1990, cit. por Magalhães, 2002) constatou que, por cada 1000 crianças, 9,4 eram vítimas de qualquer tipo de violência. Sendo que apenas 35% dos casos de violência são identificados (Magalhães, 2002).

Um estudo realizado em Portugal entre 1998 e 1999 (cit. por Magalhães, 2002) pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens constatou que a violência em Portugal, nomeadamente o maltrato, aumentou em 82% de um ano para o outro, sendo mais representativa a negligência e o abandono (65.8%), maus tratos físicos e psicológicos (28.7%) e abuso sexual (5.5%).

A Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (2002) revelou os seguintes valores em termos de incidência de maus-tratos: (i) 65% dos casos são casos de negligência e abandono; (ii) 28.7% são situações de maus-tratos físicos e psicológicos; (iii) e 5.5% dos casos, tratam-se de casos de abuso sexual.

2.5.1. Características individuais

A violência interparental leva a criança a criar um mundo à volta de si, confuso e inseguro, sendo considerado o contexto familiar, em muitos casos, um lugar de perigo para o desenvolvimento saudável da criança (Machado & Gonçalves, 2002).

As crianças que assistem a episódios violentos na família, têm maior probabilidade de apresentar alterações nas suas trajectórias desenvolvimentais. São vários os factores individuais que nos podem ajudar a compreender melhor o impacto da violência interparental nas crianças, nomeadamente, a idade, o género, a frequência, a intensidade, a severidade e os modos de expressão/estratégias de *coping* da violência (Sani, 1999).

Neste sentido, as diferenças individuais entre as crianças devem ser vistas como factores de vulnerabilidade ou de protecção que podem potenciar ou diminuir a exposição da situação de violência (Afonso, 2004).

Em relação ao género, Cummings e Davies (1994, cit. por Sani, 1999), consideram que as diferenças entre rapazes e raparigas, acontece mais ao nível da expressão. Os rapazes tendem a externalizar os seus comportamentos e são mais agressivos, enquanto que as raparigas, tendem a internalizar os comportamentos e a exhibir estados ansiosos (Figueiredo, 1998a).

Margolin (1998, cit. por Sani, 1999) considera que a exposição à violência interparental parece ter significados psicológicos diferentes, no que se refere ao género, em particular, quando estamos perante diferentes níveis de desenvolvimento.

As crianças expostas à violência interparental, vivem num ambiente de medo, angustia, raiva e tensão e podem ser testemunhas directas dos episódios violentos, como também, podem estar escondidas a ver ou a ouvir as situações violentas. Em muitas circunstâncias, estas crianças, para além de testemunharem os actos violentos, sofrem também, situações de

negligência, por parte dos cuidadores, ficando por satisfazer as suas necessidades biológicas e psicológicas (Machado & Gonçalves, 2002; Sani, 1999).

Esta experiência repetitiva de exposição a episódios violentos origina problemas emocionais, cognitivos e comportamentais sérios nas crianças (Emery, 1989). As consequências psicológicas do trauma vivido pelas crianças, é, na maioria das vezes, ignorado ou minimizado.

Todos sabemos que como a idade, as reacções das crianças mudam e, por isso, as consequências para as crianças expostas à violência interparental podem ser muito sérias mesmo para aquelas crianças que se apresentam naturalmente imaturas (Alberto, 2004). Assim sendo, as crianças poderão não perceber o conteúdo das discussões mas estas entenderão as emoções e poderão igualmente evidenciar queixas somáticas, reacções de medo, distúrbios de sono, problemas de alimentação e comportamentos regressivos que espelham as suas dificuldades de compreensão das situações de violência (Alberto, 2004).

As crianças mais velhas poderão apresentar problemas de internalização ou externalização específicos, como nos refere Jaffe, Wolfe e Wilson (1990, cit. por Sani, 2003).

A criança que está exposta a situações de violência repetidas, pode racionalizar o uso da violência como essencial em condições de *stress*, considerando que esta pode ser uma estratégia de coping útil na resolução de conflitos. Deste modo, estas crianças, correm um elevado risco de aceitar a violência como uma forma efectiva de obter poder e controlo sobre os outros, agindo agressivamente em situações de confronto (Machado & Gonçalves, 2002).

As crianças que crescem a assistir episódios de violência interparental, poderão ficar psicologicamente afectadas, ao nível do seu auto-respeito, da auto-estima e no grau em que é capaz de confiar nos outros (Margolin, 1998, cit. por Sani, 1999).

Sani (1999) refere ainda que, os conflitos interparentais, são uma verdadeira ameaça para a criança, daí que elas prefiram não interferir nas discussões, uma vez que a hostilidade deles poderá voltar-se contra as mesmas. A autora considera que, por um lado, é positivo para a saúde mental das crianças, acreditarem nas suas capacidades para se acalmarem e regularem as emoções mas, por outro, é negativo acreditarem que são capazes de afectar o relacionamento dos pais.

A frequência, a intensidade e o conteúdo do conflito conjugal que a criança testemunha, são determinantes na escolha das estratégias de *coping* da criança (Sani, 2003). Cummings e Davis (1994, cit. por Sani, 1999) concluíram que é possível identificar três estilos mecanismos de *coping* face ao testemunho de violência conjugal nestas crianças: (i) *estilo preocupado*, no qual as crianças parecem estar adaptadas, exibindo sinais fracos de tristeza, desejo de ajudar mas, no entanto, não interferem no conflito; (ii) *estilo zangado/ambivalente*, no qual as crianças exibem elevados níveis de mágoa, vários problemas de externalização e expressão emoções múltiplas, perdendo facilmente o controlo e exibindo respostas desadaptadas; (iii) o *estilo não responsivo*, no qual as crianças não exibem sinais comportamentais de *stress* ou de agressividade, internalizam as suas respostas, uma vez que a violência, aparentemente, não lhes causa grande angústia.

Como se pode verificar, existem algumas crianças que não apresentam respostas negativas face às situações de violência. É neste sentido que Sani (1999) refere a existência de factores de protecção que podem influenciar as respostas e reacções das crianças. Assim, a autora considera três grupos de factores de protecção: (i) suporte dentro do sistema familiar (irmãos, uma das figuras parentais); (ii) suporte fora do sistema familiar; (iii) atributos da própria criança.

Os aspectos individuais tomam especial relevo na forma como a criança lida com as situações de violência e na forma como as interioriza, todavia, não nos podemos esquecer que

estes aspectos são igualmente influenciados por variáveis do meio ambiente onde estas crianças se encontram inseridas, como por exemplo, a frequência e a severidade da violência interparental, relacionamentos emocionalmente pobres entre a criança e os progenitores, o baixo estatuto sócio-económico familiar, dimensão do agregado familiar, tipo de suporte familiar e social, entre outros.

Em suma, neste capítulo pudemos verificar que existem várias formas de violência infantil seja ela vivenciada de forma directa, seja vivenciada de forma indirecta. Grande parte desta violência ocorre no seio familiar, sendo os agressores pessoas conhecidas das vítimas ou muito próximas. Qualquer que seja o tipo de violência experienciado pela criança ou jovem, transporta consigo sequelas ao nível do desenvolvimento e mais concretamente, ao nível cognitivo, emocional, interpessoal e comportamental. As características individuais da criança como a idade, o sexo e as estratégias de *coping* poderão potenciar ou não o conteúdo destas vivências, coadjuvadas com as características do ambiente onde a criança se insere.

CAPÍTULO III – AUTO-CONCEITO E VIOLÊNCIA INTERPARENTAL

Neste capítulo apresentaremos alguns estudos que relacionaram o auto-conceito e a violência interpaparental, na medida em que este é o tema da presente investigação. Assim, como já referido anteriormente, uma das mais significativas interpretações da personalidade que o indivíduo enfrenta, localiza-se na construção de si mesmo, isto é, no auto-conceito, sendo esta, uma das funções mais importantes da personalidade, da motivação, do comportamento e do desenvolvimento da saúde mental. O auto-conceito, como parte integrante da personalidade, denota a forma como a pessoa se percebe a si mesmo, sendo associado à forma como o indivíduo pensa, age, e sente os aspectos físicos, comportamentais e mentais.

De todos os factores, que podem provocar sequelas negativas e irreversíveis (físicas ou psicológicas), a violência constitui um dos mais importantes indicadores para que a criança se sinta indigna de amor, má, inapta, inadequada e com uma imagem negativa de si mesma (Manjarrez & Nava, 2002).

Um bom nível de auto-estima é fundamental para o modo de funcionamento da criança. Uma criança com uma boa auto-estima é mais persistente e progride mais facilmente em tarefas complexas, quando comparada com crianças de baixa auto-estima (Lombo, 2000).

Lombo (2000) considera ainda, que muitas das consequências negativas do abuso psicológico prevalecem quando a criança se torna adulta. O que se verifica é que os adultos vítimas de abuso psicológico durante a infância têm maior predisposição a serem deprimidos e a terem menor auto-estima e, conseqüentemente, um auto-conceito mais baixo. Por outro lado, a autora refere que o abuso físico causa efeitos negativos ao nível do comportamento e da atenção, baixa-estima e maiores índices de agressividade. No que se refere à negligência, o que se verifica é que as crianças negligenciadas manifestam muitos atrasos no desenvolvimento e falta de motivação.

Os estudos apontam para a existência de uma forte relação, entre a formação do auto-conceito da criança e a relação entre pais e filhos. É neste sentido, que Wylie (1979) refere que: (i) o auto-conceito das crianças está relacionado com a forma como percebem que os pais as aceitam; (ii) a sua aceitação pode estar também associada com as semelhanças que pressupõem entre si e nos seus progenitores; (iii) a perda de elos afectivos, devido à separação, pode tornar-se mais lesiva para a auto-consideração da criança, do que a morte de um dos seus progenitores; (iv) os filhos únicos, têm um melhor auto-conceito no confronto com os seus homólogos; (v) os pais de crianças “normais” tendem a perceber os seus filhos de uma forma mais positiva, do que os pais de crianças emocionalmente perturbadas.

Os modelos internos que cada indivíduo elabora a respeito de si mesmo e dos outros, formam-se, na sua maioria, a partir do modo como representam a relação de vinculação que estabeleceu com a mãe. É a partir daí que se formam expectativas acerca de como os outros irão agir e reagir e acerca de quão bem sucedido será para fazer com que os outros gostem de si (Figueiredo, 1998b). Daí que, a autora considere que as expectativas do indivíduo em relação ao comportamento dos outros, bem como, o afecto, geralmente associado à experiência interpessoal com os outros, são largamente influenciados pelas experiências e representações elaboradas aquando da primeira relação estabelecida com a mãe.

Com base na diferenciação efectuada anteriormente, acerca do auto-conceito e da auto-estima, é necessário ressaltar a importância que o ambiente familiar e as experiências precoces do indivíduo possuem, no que se refere a estas dimensões, já que têm um impacto posterior na personalidade. Neste sentido Manjarrez e Nava (2002), consideram que o auto-conceito da criança é, em grande medida, produto da sua experiência em casa, assim como, da identificação com os seus pais e com outros significativos.

Branden (1992) refere que é evidente que o meio interpaparental pode produzir um impacto profundo para o bem e para o mal. Os pais podem ser facilitadores do bem-estar das

crianças, criando um ambiente no qual a criança se sinta segura, feliz, fomentando o aparecimento de uma boa auto-estima, ou pelo contrário, podem criar um ambiente hostil, inseguro, no qual aplicam práticas interparentais opostas ao bem-estar da criança, em termos físicos, psicológicos e emocionais.

Manjarrez e Nava (2002) após realizarem um estudo no qual pretendiam determinar se existiam ou não diferenças no auto-conceito real, no auto-conceito ideal e na auto-estima de dois grupos de crianças distintos (crianças maltratadas vs crianças não maltratadas), concluem que os maus-tratos infantis, vão desde uma série de ofensas físicas e psicológicas, até à subtil e insidiosa negação de amor à criança.

As autoras revelam que, em relação ao auto-conceito real, as crianças de famílias intactas (i.é. ausência de maus-tratos) têm uma percepção de si, mais positivas, já que se definem como honestas, limpas, activas, sinceras e boas. Daqui, é possível considerar que a formação do auto-conceito nas crianças, é realmente produto da sua experiência familiar, assim como, da identificação com os seus pais. As crianças que vivem em ambientes favoráveis, aprendem a ter confiança em si e nos outros, a definir objectivos, a amar-se e a aceitar-se a si mesmas. As crianças maltratadas, definem-se a si mesmas com atributos negativos ou pouco desejáveis socialmente e desejam possuir características positivas que as façam sentir-se aceites pela sociedade. No fundo, substituem o seu auto-conceito real pelo auto-conceito ideal.

Numa primeira etapa da vida da criança, o seu auto-conceito começa a ser formado no seio da família e, só mais tarde, quando a criança vai para a escola, com a interacção com os pares e com outros agentes socializadores, é que sistematiza e solidifica o conceito que tem de si própria (Sherrill, 1998). Lund (1987, cit. por Figueiredo, 2000) refere que as crianças com distúrbios emocionais e comportamentais, apresentam níveis mais baixos de auto-estima quando comparadas com outras crianças que não apresentam qualquer distúrbio. Do mesmo

modo, Politino e Shith (1989, cit. por Figueiredo, 2000) referem que em relação ao auto-conceito, as crianças com distúrbios emocionais têm um auto-conceito significativamente mais baixo do que as crianças normais.

É evidente que o meio familiar produz um profundo impacto positivo ou negativo na criança, isto porque, os pais podem alimentar a confiança e o amor-próprio ou podem colocar obstáculos no caminho dos filhos, de tal forma que a relação que as crianças têm com os seus pais será a base fundamental da auto-estima e do auto-conceito real e ideal da criança.

É de salientar que, tal como se pôde verificar, os estudos referem que as consequências dos maus-tratos, bem como, o testemunho constante de situações de violência na família, são antecedentes válidos para que estas crianças exibam, a curto ou a médio prazo, graves problemas ao nível comportamental e emocional.

CAPÍTULO IV – PARTE EMPÍRICA

Ao longo dos capítulos anteriores procuramos enunciar os aspectos caracterizadores do auto-conceito e da violência interparental. Neste sentido e tendo em linha de conta alguns estudos que foram realizados, compreende-se que o auto-conceito poderá ser construído de forma diferenciada pois ele sofre influência das situações e dos contextos nos quais as crianças se inserem ao longo do seu desenvolvimento.

O presente estudo empírico inicia com os objectivos que estiveram presentes na investigação, as variáveis dependentes e independentes que foram consideradas e as hipóteses que serviram de orientação. Em seguida é caracterizada a amostra e os instrumentos de recolha de informação. São ainda apresentadas as estatísticas realizadas ao nível das descritivas, das análises correlacionais e diferenciais. Os resultados foram obtidos através do programa estatístico *SPSS (Statistic Package for Social Sciences)* versão 11.

4.1. Objectivos do presente estudo

O principal objectivo do presente estudo foi analisar a relação entre o auto-conceito de crianças e jovens e a violência interparental. Subsistem ainda outros objectivos mais específicos:

- (a) Analisar o efeito da variável sexo dos inquiridos na percepção dos conflitos interparentais;
- (b) Analisar o efeito da variável idade dos inquiridos na percepção dos conflitos interparentais;
- (c) Analisar o efeito da variável ano escolar na percepção dos conflitos interparentais;

- (d) Analisar o efeito da variável Nível Sócio-Económico (NSE) na percepção dos conflitos interparentais.

4.2. Variáveis consideradas no estudo

As variáveis podem ser classificadas de formas diversas. Assim, segundo a sua *natureza*, podem ser qualitativas (quando se expressa em categorias e não se podem quantificar) e quantitativas (quando se podem expressar e medir em valores numéricos). Podem ainda ser classificadas segundo o seu grau de *divisibilidade* e aqui temos variáveis discretas (onde se inserem as variáveis dicotómicas ou politómicas) e as variáveis contínuas (quando tomam qualquer um dos valores que as diferencia). Quanto ao critério *metodológico*, podem ser analisadas variáveis independentes (que correspondem à ideia de causa), variáveis dependentes (correspondem à ideia de efeito) e variáveis parasitas (variáveis alheias à investigação e que influenciam os resultados) (Carrasco & Hernández, 2000).

Partindo do atrás referido, considera-se como variáveis dependentes no presente estudo o auto-conceito das crianças e dos jovens e a percepção destes sobre os conflitos interparentais.

Como variáveis independentes considerou-se o sexo (masculino e feminino), a idade dos inquiridos, o ano escolar e o NSE (obtido através das habilitações literárias dos pais e das suas profissões, tendo em consideração a escala de Warner – anexo I).

4.3. Hipóteses de estudo

As hipóteses são orientações que são definidas nas investigações, formuladas como solução provável para o problema delimitado (Carrasco & Hernández, 2000). Assim, tendo em linha de conta a revisão bibliográfica realizada foram elaboradas as seguintes hipóteses operacionais:

Hipótese 1 – Prevêem-se correlações negativas significativas entre o auto-conceito das crianças e dos jovens e os indicadores de conflitos interparentais.

Hipótese 2 – Prevêem-se variações significativas na percepção dos conflitos interparentais, quando se tem em linha de conta o sexo.

Hipótese 3 – Prevêem-se variações significativas na percepção dos conflitos interparentais, quando se tem em linha de conta a idade.

Hipótese 4 – Prevêem-se variações significativas na percepção dos conflitos interparentais, quando se tem em linha de conta o ano escolar.

Hipótese 5 – Prevêem-se variações significativas na percepção dos conflitos interparentais, quando se tem em linha de conta o NSE.

4.4. Caracterização dos participantes

A amostra que integrou o presente estudo é constituída por 35 crianças que se encontram na Protecção de Menores de Santarém e de Leiria. Os questionários foram administrados nestas duas instituições, a nosso pedido, pelos psicólogos responsáveis por este grupo de crianças, através de um pedido formalizado aos mesmos (anexo II).

Quadro 2 – Caracterização dos participantes

		N	Porcentagem (%)
Sexo	Feminino	19	54,3
	Masculino	16	45,7
Idade	10 anos	5	14,3
	11 anos	5	14,3
	12 anos	5	14,3
	13 anos	5	14,3
	14 anos	5	14,3
	15 anos	5	14,3
	16 anos	5	14,3
Ano	1º ciclo	5	14,2
	2º ciclo	10	28,6
	3º ciclo	10	28,6
	Secundário	10	28,6
NSE	Baixo	5	14,3
	Médio Baixo	11	31,4
	Médio	11	31,4
	Médio Alto	8	22,9

Pela análise do Quadro 2, constata-se que grande parte dos inquiridos pertence ao sexo feminino (54,3%), possui uma média etária de 13,27 anos (D.P.= 1,92) tendo o mais novo 10 anos e o mais velho 16 anos de idade. 28,6% da amostra frequenta o 2º, 3º ciclo e secundário e 31,4% pertence ao Nível Sócio Económico (NSE) Médio Baixo e Médio.

4.5. Caracterização dos instrumentos

O instrumento utilizado (anexo III) para recolha de informação é composto por três partes. A primeira parte integra 4 questões sócio-demográficas, no que concerne ao sexo dos inquiridos, à idade, ao ano escolar e às habilitações escolares e profissão dos pais das crianças e dos jovens que participaram no presente estudo.

A segunda parte integra a escala *Children's Perception of Interparental Conflict* (CPIC) desenvolvida por Grych, Seid e Fincham (1992, cit. por Sani, 2003) e adaptada para a população portuguesa por Sani (2003). Trata-se de uma escala com 48 itens com três alternativas de resposta – *verdadeiro, pouco ou às vezes verdadeiro e falso* - que pretende averiguar quais as percepções e interpretações da criança acerca dos conflitos interpaparentais.

Estes itens são organizados em várias dimensões: Propriedades do conflito (intensidade, frequência, resolução), Ameaça (ameaça percebida, eficácia no *coping*), Culpa (conteúdo, culpa) e, posteriormente, Triangulação, como se apresenta no quadro 3.

Quadro 3 – Apresentação das sub-escalas da CPIC

Escalas Globais	Sub-escalas da CPIC	Itens
Propriedades do conflito	Intensidade	5, 13, 22, 31, 36, 38, 43
	Frequência	1, 10, 15, 19, 27, 35
	Resolução	2, 11, 20, 28, 39, 46
Ameaça	Ameaça percebida	7, 16, 24, 33, 40, 45
	Eficácia no <i>coping</i>	6, 14, 23, 32, 44, 48
Culpa	Culpa	9, 18, 26, 41, 47
	Conteúdo	3, 21, 29, 37
-	Triangulação	4, 8, 12, 17, 25, 30, 34, 42

Nesta escala são avaliadas várias características dos conflitos interpaparentais partindo do ponto de vista da criança (frequência, intensidade, resolução), assim como, aspectos relativos a esta, nomeadamente, a sua percepção de ameaça, a capacidade de *coping* com o conflito e ainda a percepção de culpa e percepção desta sobre o conteúdo dos conflitos interpaparentais.

Sani (2003) realizou as análises relativas à validade dos itens e sub-escalas através de uma matriz de correlações entre os itens e o total da escala onde se denotam correlações positivas significativas em grande parte dos itens. A análise das intercorrelações das sub-escalas mostra que estas surgem associadas entre si, sendo que algumas delas (e.g., frequência e intensidade) estão fortemente correlacionadas.

Os estudos de fidelidade realizados por Sani (2003) sugerem valores de *alpha de Cronbach* de .90 para a escala total e valores que oscilam entre .52 (sub-escala Culpa) e .80 (sub-escala Ameaça percebida).

A validade de construto revelou inicialmente a existência de 10 factores cujos itens se encontravam dispersos e explicativos de 54.4% da variância dos resultados. Sani (2003) procedeu assim, tal como os estudos originais, a uma pré-retenção de 8 factores e por fim, uma pré-retenção a 3 factores, explicativos de 72.8% da variância dos resultados. Assim, o quadro 4 mostra os factores encontrados por Sani (2003) e os respectivos itens que neles se inserem, verificando-se alguma diferenciação relativamente aos estudos originais da escala.

Quadro 4 – Apresentação das sub-escalas da CPIC (Sani, 2004)

Escalas Globais	Sub-escalas da CPIC	Itens
Propriedades do conflito e Eficácia no coping	Intensidade	5, 13, 22, 31, 36, 38, 43
	Frequência	1, 10, 15, 19, 27, 35
	Resolução	2, 11, 20, 28, 39, 46
	Eficácia no <i>coping</i>	6, 14, 23, 32, 44, 48
Ameaça		7, 16, 24, 33, 40, 45
Culpa	Culpa	9, 18, 26, 41, 47
	Conteúdo	3, 21, 29, 37
-	Triangulação	4, 8, 12, 17, 25, 30, 34, 42

A terceira e última parte do instrumento integra a escala *Piers-Harris Children's Self-Concept Scale* (PHSCS), um instrumento desenvolvido por Piers (1969, cit. por Veiga, 1989) e adaptado para a população portuguesa por Veiga (1989). Trata-se de um instrumento de medida do auto-conceito, amplamente utilizado na investigação deste construto.

Na sua versão original o PHSCS é composto por 80 itens, todavia na versão portuguesa apenas são considerados 58 itens uma vez que os restantes não evidenciaram ser relevantes para a população portuguesa (Alberto, 2004). Perante estes itens, as crianças e os adolescentes devem responder 'sim' ou 'não', conforme considerem que estes itens sejam ou

não aplicáveis a si. Esta escala é constituída, na sua versão original, por 6 factores e a cada factor corresponde a um determinado conjunto de itens do enunciado. Assim, temos:

- (i) **Aspecto Comportamental (AC)** que inclui 15 itens que fazem referência à percepção que o sujeito tem do seu tipo de comportamento em várias situações e da responsabilidade pelas suas acções, designadamente em casa e na escola;
- (ii) **Ansiedade (AN)**, que se refere à insegurança, às preocupações, aos medos e inquietações com que a pessoa se encara a si própria e às situações; tem a ver com emoções e expectativas negativas e inclui 12 itens;
- (iii) **Estatuto intelectual e escolar (EI)** que compreende 14 itens e sugere a forma como a pessoa se vê a si própria relativamente ao rendimento obtido nas tarefas intelectuais. Tem a ver com a admiração que pensa que lhe é dispensada na turma, devido às suas ideias e capacidade de aprendizagem;
- (iv) **Popularidade (PO)** possui 10 itens, e refere-se à maneira como o sujeito se percebe nas relações com os colegas, à facilidade em fazer amizades, ao grau de popularidade e ao modo como se sente incluído e desejado nos desportos e noutras actividades de grupo;
- (v) **Aparência física (AF)** compõe 6 itens e pretende avaliar o que a pessoa pensa acerca da sua aparência física;
- (vi) **Satisfação-felicidade (SF)** que tem apenas 7 itens e sugere a satisfação que o sujeito sente por ser como é. Tem a ver com o seu nível de felicidade geral.

A cotação deste instrumento é realizada através de uma grelha de correcção onde por cada resposta positiva atribui-se um ponto e para cada resposta negativa, atribui-se zero pontos. O total da soma destes pontos é dividido por 2 e considera-se que, abaixo da média dessa divisão, o auto-conceito é negativo e acima da média dessa divisão, o auto-conceito é positivo (Piers, 1969, cit. por Veiga, 1989).

Os estudos relativos às qualidades psicométricas do instrumento, nomeadamente ao nível da validade e da fidelidade, revelam indicadores positivos. Veiga (1989) no seu estudo de adaptação, realizou a validade interna do instrumento, fazendo uma prévia retenção a 6 factores. Esta estrutura factorial encontra-se consistente com a obtida na versão original por Piers (1969, cit. por Veiga, 1989).

No quadro 5, podemos observar as correlações encontradas no estudo de Veiga (1989) entre cada dimensão e o factor geral, todas positivas e altamente significativas ($p < .001$).

Quadro 5 - Correlação de cada factor específico com o factor geral

	AC	AN	EI	PO	AF	SF
Total	.637**	.727**	.731**	.667**	.569**	.731**

** $p \leq .01$

Veiga (1989) calculou ainda a fidelidade desta escala através do método de consistência interna pelo *alpha de Cronbach*, tendo obtido o valor de .88, revelando consistência interna entre os itens, como se pode verificar através da análise do quadro 6.

Quadro 6 - Fidelidade do instrumento

	AC	NA	EI	PO	AF	SF	Total
Alpha	.78	.76	.75	.75	.75	.77	.88

4.6. Apresentação dos resultados

Em seguida apresentaremos os resultados percentuais dos indicadores do auto-conceito e dos conflitos interparentais, as análises correlacionais realizadas através do *r* de Pearson, uma análise de regressão linear através do método *stepwise* e análises diferenciais através do teste *t* de *Student* e *Anova One Way*, que são dois testes paramétricos não relacionados, que permitem analisar a diferença de médias existente entre duas situações (1º caso) ou três ou mais situações (2º caso) (Green & D'Oliveira, 1991).

4.6.1. Análises descritivas

Foram realizadas análises descritivas no sentido de determinar as médias para cada uma das escalas utilizadas e respectivas dimensões. Assim, o quadro 7 mostra os valores de médias e dos desvios padrões da escala do auto-conceito e da violência interparental, bem como, das 4 dimensões desta última.

Quadro 7 – Análises descritivas

Escalas	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Auto-conceito total	12,50	17,50	14,21	1,30
Violência Interparental	77,00	91,0	84,83	4,25
Propriedades do conflito e eficácia no <i>coping</i>	44,00	54,00	48,97	3,14
Ameaça	6,00	9,00	7,20	0,80
Culpa	13,00	21,00	16,51	2,01
Triangulação	9,00	14,00	12,63	1,24

4.6.2. Análises correlacionais

A análise das correlações entre variáveis define o tipo de estudos inerentes ao método correlacional de investigação em Psicologia e Educação. Relativamente à intensidade é importante referir que a grandeza estatística do coeficiente de correlação entre duas variáveis pode oscilar entre -1.00 e $+1.00$. Assim sendo, um valor de zero significa ausência de correlação, tornando-se esta correlação cada vez mais perfeita quanto mais se aproximar da unidade. As correlações podem ser positivas ($+1.00$) ou negativas (-1.00), dependendo das oscilações dos resultados nas duas variáveis, ou seja, se estas ocorrerem no mesmo sentido ou em sentido inverso (Almeida & Freire, 1997).

O método correlacional de investigação situa-se entre os métodos descritivos, compreensivos da realidade (estudos qualitativos) e estudos experimentais. No que diz

respeito aos primeiros, o método correlacional consegue ir para além de uma mera descrição dos fenómenos, visto que o investigador consegue deste modo estabelecer relações entre as variáveis, quantificando também tais relações. É importante salientar que se não existir qualquer tipo de relacionamento entre duas variáveis não é possível encontrar diferenças sistemáticas nos valores de uma em função dos valores da outra e vice-versa (Almeida & Freire, 1997).

Procurou-se analisar o coeficiente de correlação existente entre o auto-conceito e os conflitos interpaparentais. O quadro 8 mostra os resultados encontrados.

Quadro 8 – Análises correlacionais

	Auto-conceito	Violência interpaparental	Propriedades do conflito e eficácia no <i>coping</i>	Total da Ameaça	Total da Culpa	Total da Triangulação
Auto-conceito						
Violência interpaparental	-.65**					
Propriedades do conflito e eficácia no <i>coping</i>	-.53**	.82**				
Total da Ameaça	.02	-.07	-.44**			
Total da Culpa	-.67**	.90**	.56**	.03		
Total da Triangulação	-.01	.32	.07	-.16	.43**	

* $p \leq .05$ ** $p \leq .01$

Constata-se que existem correlações significativas inversas, entre o auto-conceito e a violência interpaparental ($r = -.65$; $p \leq .01$), nomeadamente, entre o auto-conceito e as Propriedades do Conflito e Eficácia no *Coping* ($r = -.53$; $p \leq .01$), e a dimensão Culpa ($r = -.67$; $p \leq .01$). Não se observam contudo, correlações significativas entre o auto-conceito e a dimensão Ameaça e Triangulação.

4.6.3. Análise de Regressão Linear

Sabendo da existência de uma correlação entre o auto-conceito e o conflito interparental, procurou-se analisar quais as dimensões do conflito interparental explicadoras do auto-conceito. Foi realizada para tal uma regressão linear através do método *stepwise*. A regressão linear é um processamento estatístico que permite encontrar a recta que melhor apresenta a relação entre duas variáveis (Pestana & Gageiro, 1998).

Ao observar o quadro 9 nota-se que o auto-conceito é explicado pela dimensão Culpa, sendo o Coeficiente Beta de $-.733$, explicando desta forma 52% da variância dos resultados do auto-conceito.

Quadro 9 – Regressão linear

Auto-conceito	R ²	R ² ajustado	Beta	t	p
Culpa	.537	.523	-.733	-6.190	.00**

*p≤.05 ** p≤.01

4.6.4. Análises diferenciais

Neste sentido, procurou-se analisar a possível influência da variável sexo no auto-conceito e nos conflitos interparentais. O quadro 10 apresenta diferenças significativas no conflito interparental, nomeadamente nas Propriedades do Conflito e Eficácia no *Coping*, mais pontuado pelos inquiridos do sexo feminino e na dimensão Ameaça, mais pontuada pelos inquiridos do sexo masculino.

Quadro 10 - Pontuação média dos sujeitos em função do sexo

Sexo	Sexo Masculino (N=16)		Sexo Feminino (N=19)		df	t-test	p
	M	DP	M	DP			
Auto-conceito	14,40	1,40	14,05	1,23	33	.793	.43
Violência interparental	84,06	4,34	85,47	4,18		-.977	.33
Propriedades do conflito e eficácia no <i>coping</i>	47,69	2,77	50,05	3,08		-2,366	.02*
Total da Ameaça	7,63	0,72	6,84	0,69		3,285	.00**
Total da Culpa	16,50	2,25	16,53	1,84		-.038	.97
Total da Triangulação	12,50	1,46	12,74	1,05		-.558	.58

*p≤.05 ** p≤.01

Procurou-se analisar a possível influência da variável idade no auto-conceito e nos conflitos interparentais. O quadro 11 apresenta diferenças significativas quer ao nível do auto-conceito quer ao nível da violência interparental e das suas dimensões. Genericamente, podemos dizer que ao nível do auto-conceito, são os inquiridos mais novos (com 10 anos de idade) que possuem um auto-conceito mais elevado quando comparados com os que possuem 11, 12, 14 e 16 anos de idade. De igual forma, são os inquiridos que possuem 15 anos de idade que possuem um auto-conceito mais elevado quando comparados com os que possuem 11 anos de idade.

No que concerne à violência interparental, denota-se que os inquiridos com 11 anos de idade assistem a mais violência interparental do que os que possuem 10, 13 e 15 anos de idade, os que possuem 12, 13, 14 e 15 assistem a mais violência interparental do que os que possuem 10 anos de idade e os que possuem 16 anos de idade assistem a mais violência interparental quando comparados com os que possuem 10, 13 e 15 anos de idade.

Quadro 11 - Pontuação média dos sujeitos em função da idade

	G1 10 (N=5)		G2 11 (N=5)		G3 12 (N=5)		G4 13 (N=5)		G5 14 (N=5)		G6 15 (N=5)		G7 16 (N=5)		F	p	LSD
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP			
Auto-conceito	15,6	1,24	13,3	0,44	13,3	1,04	14,5	1,50	13,5	0,70	14,8	1,71	14,1	0,94	2,603	.01**	G1>G2 G1>G3 G1>G5 G1>G7 G6>G2
Violência interparental	77,8	1,30	88,8	1,30	86,6	1,15	83,4	5,77	85,4	1,34	84,0	3,67	87,4	0,98	8,596	.00**	G2>G1 G2>G4 G2>G6 G3>G1 G4>G1 G5>G1 G6>G1 G7>G1 G7>G4 G7>G6
Propriedades do conflito e eficácia no coping	45,4	1,14	52,0	0,71	51,0	1,00	49,2	3,96	46,2	1,30	48,4	3,29	50,7	2,21	5,656	.00**	G2>G1 G2>G4 G2>G5 G3>G1 G3>G5 G4>G1 G7>G1 G7>G5
Total da Ameaça	7,20	0,45	7,40	0,89	6,00	0,00	7,20	0,45	8,00	0,00	7,20	0,45	7,00	1,15	2,745	.03*	G1>G3 G2>G3 G4>G3 G5>G3 G5>G7 G6>G3 G7>G3
Total da Culpa	25,6	0,55	30,4	0,89	30,3	0,58	27,6	2,30	31,2	0,45	28,2	1,64	30,5	0,53	14,939	.00**	G2>G1 G2>G4 G2>G6 G3>G1 G3>G4 G3>G6 G4>G1 G5>G1 G5>G4 G5>G6 G6>G1 G7>G1 G7>G4 G7>G6
Total da Triangulação	11,8	1,10	14,4	0,89	13,6	0,58	12,0	1,22	13,4	0,89	12,6	0,55	12,8	1,86	1,432	.04*	G3>G1 G5>G1

*p≤.05 ** p≤.01

Ao nível das dimensões verifica-se que os inquiridos que possuem 11 anos de idade pontuam mais nas Propriedades do Conflito e Eficácia no *Coping* do que aqueles que possuem 10, 13 e 14 anos de idade. Os que possuem 12 e 16 anos pontuam mais nesta dimensão do que os que possuem 10 e 14 anos e os que possuem 13 anos pontuam mais nesta dimensão do que aqueles que possuem 10 anos de idade.

Relativamente à dimensão Ameaça, verifica-se que os inquiridos que possuem 12 anos de idade pontuam menos nesta dimensão quando comparados com os restantes e os que possuem 14 anos de idade pontuam mais nesta dimensão quando comparados com os que possuem 16 anos de idade.

No que diz respeito à dimensão Culpa, denota-se que os inquiridos que possuem 11, 12, 14 e 16 anos pontuam mais nesta dimensão quando comparados com os que possuem 10, 13 e 15 anos de idade. Os que possuem 13 e 15 anos de idade pontuam mais nesta dimensão do que os que possuem 10 anos de idade. Na dimensão Triangulação, são os inquiridos que possuem 12 e 14 anos de idade que pontuam mais quando comparados com os que possuem 10 anos de idade.

Procurou-se analisar a possível influência da variável ano escolar no auto-conceito e nos conflitos interparentais. O quadro 12 apresenta diferenças significativas ao nível da dimensão Ameaça e Culpa, sugerindo que os inquiridos que frequentam o 2º ano do ciclo pontuam menos na dimensão Ameaça do que os restantes e os inquiridos que frequentam o Secundário pontuam mais na dimensão Culpa quando comparados com os que frequentam o 1º ano do ciclo.

Quadro 12 - Pontuação média dos sujeitos em função do ano escolar

	G1 1º ciclo (N=5)		G2 2º ciclo (N=10)		G3 3º ciclo (N=10)		G4 Secundário (N=10)		F	p	LSD
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP			
Auto-conceito	14,4	1,49	13,3	1,04	14,2	1,45	14,2	.97	.540	.65	
Violência interparental	83,3	5,93	86,6	1,15	84,1	3,93	86,8	2,03	1,493	.23	
Propriedades do conflito e eficácia no coping	48,7	3,59	51,0	1,00	47,4	3,11	50,3	2,55	1,752	.17	
Total da Ameaça	7,30	.67	6,00	.00	7,46	.52	7,11	1,05	3,428	.01**	G1>G2 G3>G2 G4>G2
Total da Culpa	28,0	2,62	30,3	.58	29,0	2,33	30,1	1,27	1,898	.01**	G4>G1
Total da Triangulação	12,1	.99	13,6	.58	12,6	1,11	12,7	1,64	1,414	.25	

*p≤.05 ** p≤.01

Procurou-se analisar a possível influência da variável NSE no auto-conceito e nos conflitos interpaparentais. O quadro 13 apresenta diferenças significativas que sugerem que são os inquiridos que pertencem ao NSE médio baixo que pontuam mais na escala de violência interpaparental, na dimensão Propriedades do Conflito e Eficácia no *Coping*, Culpa e Triangulação, quando comparados com os que pertencem ao NSE médio alto. Denota-se igualmente que os inquiridos que pertencem ao NSE baixo pontuam mais na dimensão Triangulação quando comparados com os que pertencem ao NSE médio alto.

Quadro 13 - Pontuação média dos sujeitos em função do NSE

	G1 Baixo (N=5)		G2 Médio Baixo (N=11)		G3 Médio (N=11)		G4 Médio Alto (N=8)		F	p	LSD
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP			
Auto-conceito	14,4	1,19	14,3	1,56	14,3	1,43	13,8	.88	.311	.81	
Violência interpaparental	83,8	4,76	87,7	1,28	85,6	3,88	82,3	4,63	3,263	.00**	G2>G4
Propriedades do conflito e eficácia no <i>coping</i>	47,6	3,36	51,0	2,56	49,2	3,17	47,8	2,93	2,162	.02*	G2>G4
Total da Ameaça	7,60	.89	7,09	.70	7,36	.81	6,88	.83	1,096	.36	
Total da Culpa	28,8	2,17	30,6	.52	29,2	2,15	28,0	2,63	2,323	.02*	G2>G4
Total da Triangulação	13,2	1,04	13,3	.92	12,8	.75	12,0	1,87	2,161	.03*	G1>G4 G2>G4

* $p \leq .05$ ** $p \leq .01$

4.7. Discussão dos resultados

Tendo em linha de conta os resultados obtidos e reflectindo sobre os mesmos, poder-se-á dizer que, quando se tem em linha de conta as **análises correlacionais** e de regressão linear, constata-se que o auto-conceito se encontra correlacionado negativamente com a violência interpaparental ($r = -.65$; $p \leq .01$), nomeadamente, o auto-conceito e as Propriedades do Conflito e Eficácia no *Coping* ($r = -.53$; $p \leq .01$), e a dimensão Culpa ($r = -.67$; $p \leq .01$).

Ao serem realizadas as análises de regressão linear através do método *stepwise*, verifica-se que o auto-conceito é explicado pela dimensão Culpa, sendo o Coeficiente Beta de $-0,733$, explicando desta forma 52% da variância dos resultados do auto-conceito.

Estes resultados são congruentes com diversos estudos que sublinham a relação entre o auto-conceito e a violência interpaparental (Branden, 1992, Figueiredo, 1998b, Lombo, 2000, Manjarrez & Nava, 2002, Wylie, 1979). Sem dúvida que, tal como Figueiredo (1998b) sugere, os modelos internos que cada indivíduo elabora a respeito de si mesmo e dos outros, formam-se, na sua maioria, a partir do modo como representam a relação de vinculação que estabeleceu com a mãe. É a partir daí que se formam expectativas acerca de como os outros irão agir e reagir e acerca de quão bem sucedido será para fazer com que os outros gostem de si. Por isso, Manjarrez e Nava (2002), consideram que o auto-conceito da criança é, em grande medida, produto da sua experiência em casa, assim como, da identificação com os seus pais e com outros significativos.

Assim, pode-se confirmar a *hipótese 1* que previa a existência de correlações negativas entre o auto-conceito e a violência interpaparental.

Quando se tem em linha de conta o sexo dos inquiridos, denota-se a existência de diferenças significativas na violência interpaparental, nomeadamente, na dimensão Propriedades do Conflito e Eficácia no *Coping*, mais pontuada pelos inquiridos do sexo feminino e na dimensão Ameaça, mais pontuada pelos inquiridos do sexo masculino.

Sem dúvida que estes resultados sugerem uma diferenciação na forma como cada um interioriza as experiências de violência. Tal como Margolin (cit. por Sani, 1999) sugere, a exposição à violência interpaparental parece ter significados psicológicos diferentes. Daí que, as crianças expostas à violência interpaparental vivam num ambiente de medo, angústia, raiva e tensão.

Tendo estes aspectos em consideração considera-se que a *hipótese 2* se confirma já que previa variações significativas na percepção dos conflitos interparentais, quando se tem em linha de conta o sexo das crianças e dos jovens inquiridos.

Quando se considera a variável **idade**, encontram-se diferenças estatisticamente significativas ao nível do auto-conceito e da violência interparental. Assim, constata-se que são os inquiridos mais novos (com 10 anos de idade) que possuem um auto-conceito mais elevado ($M=15,6$; $DP=1,24$) quando comparados com os que possuem 11 ($M=13,3$; $DP=0,44$), 12 ($M=13,3$; $DP=1,04$), 14 ($M=13,5$; $DP=0,70$) e 16 ($M=14,1$; $DP=0,97$) anos de idade. De igual forma, são os inquiridos que possuem 15 ($M=14,8$; $DP=1,71$) anos de idade que possuem um auto-conceito mais elevado quando comparados com os que possuem 11 anos de idade.

Estes resultados sugerem que as crianças mais novas são aquelas que apresentam um melhor auto-conceito, isto porque, talvez, apesar de se tratar de uma amostra clínica, estas são as crianças que, devido à fase de desenvolvimento em que se encontram, ainda estão a formar o seu auto-conceito. Assim, neste processo de formação, segundo Serra (1988), entram em influência não só o modo como os outros observam o indivíduo e a noção que este possui do seu desempenho em situações específicas, como também, a avaliação de um comportamento específico em função de valores veiculados pelos grupos normativos.

Da mesma forma, constata-se que são os inquiridos mais velhos e com idades medianas (13, 14 e 15 anos de idade) que possuem percepções mais negativas sobre a violência interparental.

Sem dúvida que estes resultados são congruentes com a ideia de que a percepção de violência interparental não é igual de criança para criança e esta depende de vários factores individuais, como seja a idade. Assim sendo, as crianças poderão não perceber o conteúdo das discussões interparentais, decorrente de uma limitação da sua própria (i)maturidade. Por outro

lado, podemos pensar que este facto poderá ainda espelhar uma tentativa de fuga da realidade que as envolve, isto é, apesar de poderem perceber os conflitos interparentais que caracterizam o seu sistema familiar, refugiam-se numa realidade diferente, como forma de negação da realidade em que estão inseridos.

Neste sentido, consideramos que a *hipótese 3* se encontra confirmada, uma vez que previa a existência de variações significativas no auto-conceito e na percepção dos conflitos interparentais, quando se tem em linha de conta a idade dos sujeitos.

Quando se tem em consideração a variável **ano escolar** denotam-se diferenças significativas ao nível da dimensão Ameaça e Culpa, sugerindo que os inquiridos que frequentam o 2º ano do ciclo pontuam menos na dimensão Ameaça ($M=6,00$; $DP=.00$) do que os restantes e os inquiridos que frequentam o Secundário pontuam mais na dimensão Culpa ($M=30,1$; $DP=1,27$) quando comparados com os que frequentam o 1º ano do ciclo.

Estes resultados mostram claramente que a exposição à violência interparental tem significados psicológicos diferentes quando estamos perante níveis de desenvolvimento também diferentes. Assim sendo, denota-se que as crianças mais novas sentem estes conflitos sob a forma de ameaça, optando por não interferir nas discussões pois a hostilidade parental poderá voltar-se contra elas. É neste sentido que Sani (1999) refere que, por um lado, é positivo para a saúde mental das crianças, acreditarem nas suas capacidades para se acalmarem e regularem as emoções mas, por outro lado, é negativo acreditarem que são capazes de afectar o relacionamento dos pais.

Assim, consideramos que a *hipótese 4* se encontra confirmada, uma vez que previa a existência de variações significativas na percepção dos conflitos interparentais, quando se tem em linha de conta o ano escolar dos sujeitos.

Ao se analisar a possível influência da variável **NSE** nos conflitos interparentais, verificam-se diferenças significativas que sugerem que são os inquiridos que pertencem ao NSE médio baixo que pontuam mais na escala de violência interparental, na dimensão Propriedades do Conflito e Eficácia no *Coping*, Culpa e Triangulação, quando comparados com os que pertencem ao NSE médio alto. Denota-se igualmente que os inquiridos que pertencem ao NSE baixo pontuam mais na dimensão Triangulação quando comparados com os que pertencem ao NSE médio alto.

Estes resultados sugerem que são os inquiridos que pertencem aos NSE mais baixos que se mostram mais indicadores de violência interparental. Diversos estudos têm mostrado que existe um conjunto de factores de risco familiares, que proporcionam a ocorrência de violência e de maltrato, nomeadamente: a doença mental dos pais, os padrões de interacção familiar disfuncionais, as circunstâncias adversas da vida familiar e os diferentes valores sociais (Belsky, 1980, cit. por Figueiredo, 1998a). Também Machado (1996), refere que o baixo nível sócio-económico e educativo dos pais, associado a situações de desqualificação profissional e frequente desemprego, contribuem para a permanente carência económica e é, neste sentido, que o mau funcionamento familiar tem sido o factor mais conscientemente identificado pela comunidade científica como associado à violência e aos maus-tratos. Arruabarena, Paúl e Torres (1994) e Runyan (1998), referem igualmente que o maltrato e a violência têm maior incidência em famílias que pertencem a níveis sócio-económicos mais carenciados, em virtude destas carências económicas estarem associadas a más condições habitacionais, baixos níveis de escolaridade, promiscuidade e, muitas vezes, desorganizações da vida profissional, social e familiar.

Neste sentido, consideramos que a *hipótese 5* se encontra confirmada, uma vez que previa a existência de variações significativas na percepção dos conflitos interparentais, quando se tem em linha de conta o NSE dos sujeitos.

REFLEXÕES CONCLUSIVAS

O presente trabalho procurou analisar a relação entre o auto-conceito de crianças e jovens e a violência interparental, bem como, analisar a influência de algumas variáveis individuais na percepção dessa mesma violência, nomeadamente, o sexo, a idade, o ano escolar e o NSE.

Apesar dos resultados encontrados, sublinhamos a necessidade de haver certa parcimónia na análise e aceitação dos mesmos, que se prendem com algumas limitações que fomos constatando ao longo do mesmo. Assim, metodologicamente falando, apesar da dificuldade sentida em conseguir uma amostra clínica que pudesse ser alvo do presente estudo, deparamo-nos com uma situação que nos remete para a fragilidade do problema. Realizamos vários pedidos a várias instituições no sentido de providenciarem e facilitarem a administração dos questionários, sem qualquer resposta da parte das mesmas.

Ultrapassado este problema, um outro ainda subsistiu e que se prende com o facto dos resultados encontrados não permitirem a generalização dos resultados para a população. Os resultados agora encontrados, servem apenas de ponto de referência para podermos perceber a forma como as crianças e jovens poderão percepcionar os conflitos interparentais.

Estes resultados sugeriram, tal como evidenciado em diversos estudos (Branden, 1992, Figueiredo, 1998b, Lombo, 2000, Manjarrez & Nava, 2002, Wylie, 1979), uma correlação inversa entre a violência interparental e o auto-conceito, numa amostra clínica de 35 crianças e jovens da Protecção de Menores de Santarém e Leiria.

Paralelamente, constatou-se que as variáveis individuais seleccionadas, de alguma forma influenciam a percepção que cada uma das crianças e dos jovens possui relativamente à violência interparental que caracteriza o seu ambiente familiar.

Estes resultados permitem-nos, mais uma vez e de acordo com a revisão bibliográfica realizada, reflectir sobre alguns aspectos importantes. Assim, parece-nos pois, que a violência se trata, sem dúvida, de um construto multifacetado e multidimensional pelo que se torna, de alguma forma difícil de precisar e operacionalizar o seu alcance. Todavia, uma coisa é certa, qualquer que seja o tipo de violência, ela transporta consigo um peso, quase indescritível, aos seus alvos directos ou indirectos e, as suas consequências, possuem um alcance tremendamente devastador em termos físicos, psicológicos e emocionais.

Quando estamos perante a violência interparental, pensamos que tudo toma uma proporção mais ampla, pois, como se sabe, qualquer criança ou jovem, nasce, cresce e desenvolve-se no seio de um sistema familiar do qual espera algum tipo de suporte e uma rede de referências para o seu próprio desenvolvimento harmonioso a diversos níveis.

Ora, uma criança ou um jovem que seja testemunha da violência interparental, seja ela de forma directa ou indirecta, percebe, incontestavelmente, de forma caótica, o mundo que a rodeia e do qual faz parte, abalando todos os valores e crenças que vai construindo em torno do seu sistema familiar.

A ligação entre a violência familiar e o desenvolvimento da criança tem vindo a ser enfatizada em diversos estudos. Uma percentagem significativa destas crianças apresenta desordens diversificadas, incluindo problemas de saúde física, problemas de conduta, baixo auto-conceito e auto-estima, medo, ansiedade e isolamento social.

Em grande parte dos casos de violência conjugal, as crianças assistem directamente a agressão. Todavia, a violência não se restringe a estar presente na situação em ocorre a agressão. Uma criança não precisa observar a agressão para ser afectada por ela. Assim, uma criança que viu, ouviu um incidente de agressão à sua mãe, viu o seu resultado (e.g.: ferimentos) ou que vivenciou o seu efeito quando interagindo com seus pais, é uma criança exposta à violência.

Os diferentes problemas apresentados por crianças que estão expostas à violência interparental requerem um conhecimento de como o desenvolvimento infantil pode ser afectado por experiências negativas na família. Baseado nos estudos do desenvolvimento infantil em famílias “normais” acredita-se que o conceito de si própria e o desenvolvimento da expressão emocional advêm de experiências precoces importantes e que envolvem membros significativos da família. Assim, considera-se que uma família violenta é um ambiente inadequado para a ocorrência de um desenvolvimento adequado.

É então evidente que muitas das crianças expostas à violência conjugal vivem com medo e ansiedade, esperando o próximo episódio de violência. Dessa forma, crianças de mulheres agredidas são um desafio para os profissionais de saúde mental e pesquisadores que tentam entender o que acontece. Afinal, a criança exposta à violência conjugal vivencia maus tratos emocionais, estando também sujeita a outras formas de abuso emocional. Daí que diversos estudos enfatizem que estas crianças podem sofrer sérias consequências e podem ser feridas acidentalmente. Assim, é importante que as intervenções sejam feitas, o mais breve possível, após o episódio agressivo.

Como já se referiu, algumas dessas disfunções inserem-se ao nível somático, psicológico e comportamental. A criança exposta à violência interparental corre o risco de desenvolver problemas de interacção social, dificuldades escolares, de saúde e comportamentais. Além disso, contribui para o risco de desenvolvimento de psicopatologias. A literatura tem vindo a sugerir prejuízos a curto e a longo prazo para as crianças que testemunham violência conjugal, os quais podem ser reduzidos por meio de intervenções.

Os estudos da teoria da aprendizagem social sugerem que as crianças aprenderam e incorporaram as lições de violência e que, sem intervenção, elas crescem e tendem a repetir tais comportamentos. É importante ressaltar que o desenvolvimento de relacionamentos sociais é crucial para o ajustamento da criança ao longo do tempo, incluindo amizades,

habilidades sociais, sucesso acadêmico, auto-conceito e bem-estar geral. Tal desenvolvimento adequado pode estar comprometido pela vivência de violência conjugal, pois essas crianças podem ter aprendido habilidades inadequadas ou estratégias de regulação emocional inapropriadas. Ou seja, estas crianças aprendem que a violência é um modo de resolver conflitos em relacionamentos humanos. Por isso, compreende-se que as crianças expostas à violência conjugal têm maior vulnerabilidade em desenvolver problemas de conduta e de personalidade e que, têm maior risco de se tornarem, quando adultas, maridos agressores ou esposas agredidas.

Por outro lado ainda, consideramos que as grandes dificuldades existentes ao nível desta temática prendem-se com a não denúncia deste tipo de situações. Apesar das tentativas que se têm vindo a realizar no sentido de tornar clara esta fase obscura da realidade, ainda não são suficientes.

Por fim, resta-nos reflectir sobre a dificuldade em lidar com este tipo de fenómeno, bem como, a sua avaliação. A opção por medidas quantitativas permitem quantificar conceitos aparentemente mensuráveis. A questão que nos suscitou é saber, até que ponto, existem construtos passíveis de serem quantificados, como por exemplo, o grau de culpa sentida, o grau de ameaça, o impacto da violência interparental na esfera emocional da criança, entre outras. Por outro lado ainda, a questão da veracidade de respostas foi-nos igualmente colocada. Ao administrarmos um questionário sobre uma temática com determinado peso emocional e, por vezes traumático, até que ponto a criança será sincera nas suas respostas e não concederá aquelas respostas que considera que sejam socialmente aceites. Pensamos assim, que apesar de tudo, todo o tipo de informação recolhida deverá ter um cariz multidisciplinar e, tal como nos sugere Sani (2001), ao realizarem-se investigações qualitativas com crianças vítimas de violência, o responsável pelas investigações poderá ver-se confrontado com problemas que, do ponto de vista ético, podem prejudicar as mesmas. É, neste sentido, que o investigador ou o técnico que se encontra com estas crianças deve agir,

no sentido de as ajudar a compreender a importância que a sua verbalização tem, não só para se libertarem do pesadelo que as persegue, como também, para deixarem de sofrer silenciosamente, nuances de uma vida dramática que muitos partilham também...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alarcão, M. (2000). *(des) Equilíbrios familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.

Alberto, I. (2004). *Maltrato e trauma na infância*. Coimbra: Almedina.

Almeida, A, André, I., & Almeida, H. (1999). Sombras e marcas: os maus-tratos às crianças na família. *Análise Social*, 150, 91-121.

Almeida, L., & Freire, T. (1997). *Metodologia da investigação em psicologia e em educação*. Coimbra: Apport.

Arruabarena, M., Paúl, J., & Torres, B. (1994). *El maltrato infantil*. Madrid: SASI.

Berger, K. (2003). *The developing person – Through childhood and adolescence* (6 Ed.). New York: Worth Publishers.

Branden, N. (1992). *El poder de la autoestima*. Buenos Aires: Ediciones Piados.

Brazelton, T., & Greenspan, S. (2002). *A criança e o seu mundo – Requisitos essenciais para o crescimento e aprendizagem*. Lisboa: Editorial Presença.

Bruce, A. (1996). *Handbook of self-concept: developmental, social, and clinical considerations*. New York: John Wiley & Sons.

Burns, R. (1986). *The self-concept: theory, measurement, development and behavior*. New York: Longman Group Limited.

Buzawa, E., & Buzawa, C. (1996). *Domestic Violence*. Californie: Sage Publications.

Canha, J. (2003). *A criança maltratada*. Lisboa: Quarteto Editora.

Carrasco, J., & Hernández, J. (2000). *Aprendo a investigar en educación*. Madrid: Rialp.

Cedrez, J., & Méndez, R. (2000). Correlatos cognitivos asociados a la experiencia de violencia interparental. *Psicothema, 1*, 41-48.

Clemmons, J., DiLillo, D., Martinez, I., DeGue, S., & Jeffcott, M. (2003). Co-occurring forms of child maltreatment and adult adjustment reported by Latina college students. *Child Abuse & Neglect, 27*, 751-767.

Coimbra, A., Faria, A., & Montaro, T. (1990). ANOVA: Centro de apoio e intervenção na crise para crianças vítimas de maus-tratos. *Análise Psicológica, 2*, 193-201.

Comissão Protecção Crianças e Jovens em Risco (2002). Relatório de Actividades. Lisboa: Comissão Protecção Crianças e Jovens em Risco.

Costa, E., & Duarte, C. (2000). *Violência familiar*. Porto: Ambar.

Dubowitz, H., Papas, M., Black, M., & Starr R. (2002). Child Neglect: Outcomes in high-risk urban preschoolers. *Pediatrics, 109* (6), 1100-1107.

Emery, R. (1989). Family violence. *American Psychologist, 44*(2), 321-328.

Faria, L., & Fontaine, A. (1990). Estudo de adaptação do Self Description Questionnaire III (SDQ III) a estudantes universitários portugueses. *Psychologica, 8*, 41-49.

Figueiredo, B. (1998a). Maus-tratos à criança e ao adolescente (I): situação e enquadramento da problemática. *Psicologia: teoria, investigação e prática, 3*, 5-20.

Figueiredo, B. (1998b). Maus-tratos à criança e ao adolescente (II): considerações a respeito do impacto desenvolvimental. *Psicologia: teoria, investigação e prática, 3*, 197-216.

Figueiredo, M. (2000). *Estudo comparativo do auto-conceito em alunos com necessidades educativas especiais*. Tese de Mestrado. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

Fitts, W. (1972). *The self-concept and performance*. U.S.A: National Technical Information Service.

Fox, K., & Corbin, C. (1989). The physical self-perception profile: development and preliminary validation. *Journal of Sport & Exercise Psychology*, *11*, 408-403.

Gallardo, J. (1994). *Maus-tratos à criança*. Porto: Porto Editora.

Gecas, V. (1982). The self-concept. *Annual Review of Sociology*, *8*, 1-33.

Giant, C., & Vartanian, L. (2003). Experiences with parental aggression during childhood and self-concept in adulthood: the importance of subjective perceptions. *Journal of Family Violence*, *6*, 361-367.

Giglione, R., & Matalon, B. (1992). *O inquérito: teoria e prática*. Lisboa: Celta Editora.

Green, J., & D'Oliveira, M. (1991). *Testes estatísticos em psicologia*. Lisboa: Editorial Estampa.

Harter, S. (1985). *Manual for the self-perception profile for children*. Denver: University of Denver.

Hattie, J. (1992). *Self-concept*. New Jersey: Lawrence Erlbaum.

Kelley, M., Howe, T., Dodge, K., Bates, J., & Pettit, G. (2001). The timing of child physical maltreatment: A cross-domains growth analysis of impact on adolescent externalizing and internalizing problems. *Development and Psychopathology*, *13*, 891-912.

Laurence, D. (1987). *Enhancing self-esteem in the classroom*. London: Paul Chapman Publishing.

Lobel, T., & Levanon, I. (1988). Self-esteem, need for approval, and cheating behavior in children. *Journal of Educational Psychology*, 80 (1), 122-123.

Lombo, M. (2000). *Maus-tratos às crianças: abusos e negligência. Estudo das representações de pediatras, psicólogos, professores, educadores de infância e técnicos de serviço social*. Tese de Mestrado. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

Machado, C. (1996). Maus-tratos de menores, vitimização e poder: proposta de um modelo integrado de análise. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 1, 133-148.

Machado, C., & Gonçalves, R. (2002). *Violência e vítimas de crimes*. Coimbra: Quarteto.

Magalhães, T. (2002). *Maus-tratos em crianças e jovens*. Coimbra: Quarteto.

Manjarrez, A., & Nava, P. (2002). *Autoconceito e autoestima em crianças maltratadas e crianças de famílias intactas*. Retirado Novembro 23, 2004 de http://www.psicologia.com.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0104.

Marsh, H., & Hattie, J. (1996). Theoretical perspectives on the structure of self-concept. In B. A. Bracken (Ed.), *Handbook of Self-Concept. Developmental, Social, and Clinical Considerations* (pp. 38-90). New York: John Wiley & Sons.

Menard, S. (2002). Short and Long-term consequences of adolescent victimization. *Youth Violence Research Bulletin*, Feb., da base de dados Findarticles.

Neto, F. (1989). *Psicologia social*. Lisboa: Edições Universidade Aberta.

Oñate, M. (1989). *El autoconcepto, formacion, medida e implicaciones en la personalidad*. Madrid: Narcea Ediciones.

Paiva, M. (2003). *Comportamentos disruptivos dos adolescentes na escola: influências do auto-conceito, sexo, idade e repetência*. Tese de Mestrado. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

Palladino, C. (1989). *Como desarrollar la autoestima: guía para lograr el éxito personal*. EUA: Ediciones Granica.

Pestana, M., & Gageiro, J. (1998). *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.

Rosenberg, M. (1986). *Conceiving the self*. Florida: Kruger Publishing Company.

Runyan, D. (1998). Prevalence, risk, sensitivity, and specificity: a commentary on the epidemiology of child sexual abuse and the development of a research agenda. *Child Abuse & Neglect*, 22, 6, 493-498.

Sani, A. (1999). As vítimas silenciosas: a experiência de vitimação directa nas crianças. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 247-257.

Sani, A. (2001). Reflexões sobre a ética na investigação qualitativa com crianças vítimas de violência. *Infância e Juventude*, 4, 127-134.

Sani, A. (2003). *As crenças, o discurso e a acção: as construções de crianças expostas à violência*. Tese de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho.

Sani, A. (2004). O discurso de crianças expostas à violência interparental: estudo qualitativo. *Psychologica*, 36, 109-130.

Santos, S. (2002). *Representações sociais da violência sobre as crianças*. Tese de Mestrado: Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

- Seco, G. (1991). *O auto-conceito escolar em educadores de infância: um estudo transversal*. Tese de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Serra, A. (1988). O auto-conceito. *Análise Psicológica*, 2 (VI), 101-110.
- Serra, A., Antunes, R., & Firmino, H. (1986). Relação entre auto-conceito e expectativas. *Psiquiatria Clínica*, 7(2) 85-90.
- Shavelson, R., & Bolus, R. (1982). Self-concept - the interplay of theory and methods. *Journal of Educational Psychology*, 74, (1), 3 - 17.
- Shavelson, R., Hubner, J., & Stanton, J. (1976). Self-concept: validation of construct interpretations. *Review of Educational Research*, 46, 407-441.
- Sherrill, C. (1998). *Adapted physical activity, recreation and sport: cross disciplinary and lifespan*. USA: McGrawHill.
- Sholte, E., & Ploeg, J. (2000). Exploring factors governing successful residential treatment of youngsters with serious behavioural difficulties. *Childhood*, 7(2), 129-153.
- Sim-Sim, M., & Lima, M. (2004). O auto-conceito sexual. *Psychologica*, 35, 211-232.
- Sousa, E., Martins, A., & Fonseca, A. (1993). A construção social dos maus-tratos. *Análise Psicológica*, 1, 75-86.
- Strecht, P. (2000). *Crescer vazio: repercussões psíquicas do abandono, negligência e maus-tratos em crianças e adolescentes*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Veiga (1995). *Transgressão e auto-conceito dos jovens na escola*. Lisboa: Edição Fim de Século, Lda.

Veiga, F. (1990). *Auto-conceito e disrupção escolar dos jovens. Conceptualização, avaliação e diferenciação*. Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Wells, L., & Marwell, G. (1976). *Self-esteem: its conceptualisation and measurement*. New York: Sage Publications.

Widom, C. (2000). Childhood victimization: Early adversity, later psychopathology. *National Institute of Justice Journal, January*, 3-8.

Wolfe, D. (1987). *Child abuse: Implications for child development and psychopathology*. London: Sage publications.

Wolfe, D., & Yuan, L. (2001). *A conceptual and epidemiological framework for child maltreatment surveillance*. Ontario: Minister of Public Works and Government Services Canada.

Wylie, R. (1979). *Measures of self-concept*. Nebraska: University of Press.

Zeanah, C. (2001). Evaluation of a preventive intervention for maltreated infants and toddlers in foster care. *Journal of the American Academy of Child Adolescent Psychiatric*, 40(2), 214-221.

ANEXOS

ANEXO I

Escala de Warner

ESCALA DE WARNER PARA AVALIAÇÃO DO ESTATUTO SOCIO-ECONÓMICO

(COM BASE NA CATEGORIA PROFISSIONAL)

I - Classe Alta:

- Alta administração do Estado (chefia ministerial, deputados, membros da Câmara Cooperativa, juizes e magistrados, directores gerais, etc.)
- Direcção e pessoal superior dos quadros ou Administração Pública (directores, inspectores e chefes de serviço do Estado, dos corpos administrativos e dos organismos corporativos e de coordenação económica)
- Direcção administrativa de empresas privadas (administradores, directores, inspectores gerais, gerentes e chefes de serviço, etc.)
- Direcção técnica de empresas privadas (técnicos diplomados, responsáveis, engenheiros, agentes técnicos, preparadores de serviço, etc.)
- Entidades exercendo uma profissão liberal, técnicos e equiparados (catedráticos, doutores, licenciados com alta posição, advogados com cartório, médicos com clínica própria, arquitectos com estúdio próprio, etc.)
- Proprietários de grandes explorações agrícolas, industriais com empresas de grande dimensão
- Directores e grandes artistas das Artes (teatro, cinema, bailado, música, etc.). Escritores e poetas de renome nacional comprovado. Escultores e decoradores de reconhecida categoria, pintores de arte oficialmente galardoados.
- Altas personalidades do Clero Secular Católico.
- Diplomatas e cônsules do Corpo Diplomático acreditado em Portugal.

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">- Grandes patrões e proprietários da indústria, comércio, serviços e agrícolas- Profissões liberais tradicionais de elevada competência- Gestores e quadros superiores de elevada competência técnica e/ou administrativa |
|---|

II - Classe Média Alta:

- Licenciados com posição média (assistentes universitários, professores do ensino secundário, químicos contratados, engenheiros agrónomos, médicos veterinários, notários, etc.)
- Pessoal dos quadros da Administração Pública, de média categoria (chefes de repartição, chefes de secção, funcionários públicos de carreira com posição destacada, etc.)
- Pessoal dos quadros administrativos e técnicos das empresas privadas, sem funções directivas mas com posição destacada, bancos, seguros, comércio e indústria (contabilidade, chefes de escritório, oficiais administrativos, tesoureiros, etc.)
- Proprietários de pequenas indústrias.
- Proprietários de explorações agrícolas de pequena e média dimensão, explorando-as por intermédio de trabalhadores.
- Jornalistas, intérpretes e guias acreditados pelas entidades oficiais, técnicos de teatro, cinema, rádio e televisão. Artistas de 2º plano.
- Religiosos regulares católicos.
- Professores de instrução primária.
- Profissões de carácter intelectual.
- Pessoal superior das equipagens de barcos e aeronaves (comandantes, pilotos, comissários de bordo, hospedeiras, etc.)
- Modelos e manequins de alta costura.

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">- Médios patrões e proprietários da indústria, comércio, serviços e agrícolas- Quadros administrativos e técnicos superiores: administração pública / empresas privadas- Profissões liberais, técnicas e equiparadas de competência média |
|---|

III - Classe Média:

- Proprietários de indústrias domésticas. Proprietários de pensões e restaurantes.
- Comerciantes e vendedores de pequena indústria.
- Proprietários de institutos de beleza ou cabeleireiros, de alfaiatarias, etc.
- Empregados de escritório. Empregados de comércio e indústria.
- Angariadores e agentes comerciais. Caixeiros viajantes e compradores por conta de outrém.
- Capatazes e contramestres. Verificadores e controladores de trabalho.
- Proprietários ou agricultores que trabalham eles próprios nas suas terras.
- Regentes agrícolas.
- Capitães e mestres de embarcações. Radiotelegrafistas, etc.
- Procuradores e solicitadores.
- Despachantes de mercadorias.
- Empreiteiros de obras e serviços.

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">- Proprietários de pequenas indústrias: pequeno comércio, agrícolas que trabalham as suas próprias Terras- Empregados de escritório e profissões equiparadas do comércio e indústria- Empregados de comércio (balcão) e profissões equiparadas |
|--|

IV - Classe Média Baixa:

- Operários e trabalhadores qualificados, especializados (pintores, electricistas, mecânicos oficiais, torneiros, maquinistas, cinzeladores, compositores musicais, litógrafos, metalúrgicos, ourives de ouro e prata, relojoeiros, tecelões, marceneiros, corticeiros, embaladores, esmaltadores, etc.)
- Operários e trabalhadores qualificados, semi-especializados (motoristas, empregados de café, bombeiros, pescadores, caçadores e silvicultores, mineiros, operários de pedreiras e equiparados, etc.)
- Agentes de cais. Carteiros e boletineiros.
- Arrendatários, rendeiros e parceiros de pequenas explorações.
- Comerciantes de íntima categoria (quiosques, vendas, etc.)
- Damas de companhia, perceptores e governantas.
- Sacristães, sineiros e ajudantes de culto.
- Feitores e administradores agrícolas.
- Criadores e tratadores de gado.

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">- Operários e trabalhadores qualificados:- Especializados- Semi-especializados |
|--|

V - Classe Baixa:

- Trabalhadores não especializados (jornaleiros, ceifeiros, serventes, ajudantes de motorista, etc.)
- Serviços domésticos.
- Contínuos, paquetes. Guarda nocturno. Porteiros.
- Caixeiros de praça. Caixeiros de balcão de baixa categoria.
- Magarefes, costureiras e aprendizes
- Vendedores ambulantes. Engraxadores.
- Carcereiros.
- Coveiros.
- Pessoa com profissão mal definida.

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">- Operários não qualificados- Trabalhadores dos serviços domésticos e profissões equiparadas- Camponeses, pescadores e profissões equiparadas |
|---|

(COM BASE NO NÍVEL DE INSTRUÇÃO)

I - Classe Alta:

- Universitária, Escolas Superiores Especiais.

II - Classe Média Alta:

- Curso Superior do Comércio, Instituto Industrial, Magistério Primário, Curso Liceal (7º ano)

III - Classe Média:

- Curso Comercial, Curso Industrial, Escolas Profissionais, Curso Liceal (6º ano)

IV - Classe Média Baixa:

- Instrução Primária completa

V - Classe Baixa:

- Instrução Primária incompleta ou nula.

ANEXO II

Pedido de Administração do instrumento

PEDIDO DE COLABORAÇÃO

Ao Ex.mo(s) Sr(s)
Psicólogo da Instituição

No contexto da realização do trabalho monográfico para conclusão da licenciatura em Psicologia Clínica pela Universidade Fernando Pessoa da aluna Daniela Delfina Rato Martins, vimos por este meio pedir a colaboração da vossa instituição na efectivação do seu projecto de investigação intitulado “*O Auto-conceito em crianças expostas a Violência Interparental*”.

O referido estudo conta com a participação de crianças com idades compreendidas entre os 10 e 16 anos de idade, às quais se solicita que preencham voluntariamente dois questionários, “O que eu acho de mim”- Escala de autoconceito de Piers-Harris para crianças (P.H.C.S.C.S)- Piers, 1984, adaptação portuguesa de F. Veiga, 1999; e a Escala de Percepção de Crianças dos Conflitos Interparentais (traduzida e adaptada por Sani, 2001).

Mais se adianta, que a aluna tem conhecimento dos princípios e regras deontológicas de condução de uma investigação, encontrando-se sob orientação académica da Professora Doutora Ana Sani.

Gratos desde já pela vossa atenção, colocamo-nos desde já à disposição de V. Ex.^a para o que achar por conveniente.

Com os melhores cumprimentos.

A Orientanda:

Daniela Delfina Rato Martins

ANEXOIII

Questionário

O presente questionário insere-se no trabalho monográfico de fim de curso da Licenciatura em Psicologia Clínica na Universidade Fernando Pessoa (UFP). Trata-se de um questionário que é de carácter **anónimo** e **confidencial**. É importante que indiques com **sinceridade** a tua opinião, pois só as tuas respostas sinceras interessam para este estudo.

Por favor verifica, antes de entregar, se respondeste a **todas as questões**.

Obrigada pela tua colaboração.

Por favor, responde às seguintes questões:

Sexo: Masculino Feminino

Idade: _____

Ano Escolar: _____

Profissão do Pai: _____

Habilitações do Pai: _____

Profissão da Mãe: _____

Habilitações da Mãe: _____

INSTRUÇÕES

Encontra-se no questionário que se segue um conjunto de afirmações que descreve aquilo que algumas pessoas sentem em relação a si mesmas. Lê cada uma dessas afirmações e vê se ela descreve ou não o que tu achas de ti próprio(a). Se for **verdadeiro** ou **verdadeiro em grande parte** põe um círculo à volta da palavra "SIM", que está a seguir à frase. Se for **falso** ou **falso em grande parte**, põe um círculo à volta da palavra "NÃO". Responde a todas as perguntas, mesmo que em relação a algumas seja difícil de decidir. Não assinales "SIM" e "NÃO" na mesma frase.

Lembra-te de que não há respostas certas ou erradas. Só tu podes dizer o que é que achas de ti mesmo(a), por isso esperamos que respondas de acordo com o que realmente sentes.

RESULTADO TOTAL:

Resultado bruto: _____

Factores : I _____ II _____ III _____ IV _____ V _____

Em todas as famílias há momentos em que os pais não se deram bem. A seguir estão algumas coisas que as crianças às vezes pensam ou sentem quando os pais delas têm discussões ou desentendimentos. Gostaríamos que escrevesse o que pensas ou sentes quando teus pais discutem, respondendo a cada uma das afirmações abaixo.

Se teus pais não vivem juntos, responde a estas perguntas em relação ao pai/mãe e padrasto/madrasta (ou ao namorado/namorada do pai ou da mãe) com quem passas a maioria tempo. Se teus pais não vivem juntos e nenhum deles vive com um novo companheiro/companheira, pensa nas vezes em que os teus pais estavam juntos e não se davam bem, quando responderes a estas perguntas.

V = VERDADEIRO
P = POUCO ou ÀS VEZES VERDADEIRO
F = FALSO

- | | V | P | F |
|---|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1. Eu nunca vejo os meus pais discutindo ou discordando. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 2. Quando meus pais têm uma discussão normalmente resolvem o assunto. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 3. Os meus pais entram frequentemente em discussão sobre coisas que eu faço na escola | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4. Quando os meus pais discutem eu acabo por ser envolvido de alguma maneira | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 5. Os meus pais ficam realmente zangados quando discutem | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 6. Quando os meus pais discutem eu consigo fazer algo para sentir-me melhor. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 7. Fico assustado/a quando os meus pais discutem | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 8. Sinto-me apanhado/a no meio quando os meus pais discutem | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 9. Não me culpo quando os meus pais têm discussões. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 10. Eles podem não pensar que eu sei, mas os meus pais discutem e discordam muito | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 11. Mesmo depois dos meus pais pararem de discutir eles ficam zangados um com o outro | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

	V	P	F
12. Quando os meus pais discutem eu tento fazer algo para para-los	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Quando os meus pais têm um desentendimento eles discutem isto calmamente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Eu não sei o que fazer quando os meus pais têm discussões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Os meus pais são muitas vezes maus um ao outro mesmo quando estou presente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. Quando os meus pais discutem eu preocupo-me sobre o que me acontecerá	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. Não sinto que tenha que tomar partido quando os meus pais têm um desentendimento.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. É normalmente minha a culpa dos meus pais discutirem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. Frequentemente vejo ou ouço os meus pais discutindo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. Quando os meus pais discordam sobre algo, eles normalmente propõem uma solução.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21. As discussões dos meus pais são normalmente sobre mim	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22. Quando os meus pais têm uma discussão eles dizem coisas más um ao outro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23. Quando os meus pais discutem ou discordam posso normalmente ajudar a melhorar as coisas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24. Quando os meus pais discutem tenho medo que algo mau possa acontecer	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25. A minha mãe quer que eu esteja do lado dela quando ela e meu pai discutem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26. Mesmo que não o digam, eu sei que sou culpado quando os meus pais discutem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27. Os meus pais quase nunca discutem.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28. Quando os meus pais discutem eles normalmente fazem as pazes imediatamente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29. Os meus pais normalmente discutem ou discordam por causa de coisas que eu faço	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30. Eu não sou envolvido quando os meus pais discutem.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
31. Quando os meus pais têm uma discussão eles gritam um ao outro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
32. Quando os meus pais discutem não há nada que eu possa fazer para para-los	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
33. Quando os meus pais discutem preocupo-me que um deles saia magoado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
34. Sinto como se tivesse que tomar partido quando os meus pais têm um desentendimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
35. Os meus pais frequentemente chateiam e queixam-se um do outro por toda a casa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36. Os meus pais quase nunca gritam quando têm um desentendimento.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
37. Os meus pais entram frequentemente em discussão quando eu faço algo errado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38. Os meus pais quebram ou atiram coisas durante uma discussão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
39. Depois que os meus pais deixam de discutir, eles são amigáveis um para o outro.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
40. Quando os meus pais discutem tenho medo que eles também possam gritar comigo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
41. Os meus pais culpam-me quando têm discussões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
42. O meu pai quer que eu esteja do lado dele quando ele e minha mãe discutem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
43. Os meus pais empurraram-se um ao outro durante uma discussão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
44. Quando os meus pais discutem ou discordam não há nada que possa fazer para sentir-me melhor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
45. Quando os meus pais discutem preocupa-me que eles possam divorciar-se	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
46. Os meus pais continuam a agir mal depois de terem tido uma discussão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
47. Normalmente não é culpa minha quando os meus pais têm discussões.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
48. Quando os meus pais discutem eles não ligam a nada do que eu digo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>